

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
1.1. ENQUADRAMENTO	2
1.2. VISÃO E MISSÃO	3
1.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	4
1.4. RELAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / PROJETOS	6
2. ATIVIDADES PREVISTAS	7
3. RECURSOS	13
3.1. RECURSOS HUMANOS	13
3.2. RECURSOS PATRIMONIAIS	16
3.3. RECURSOS FINANCEIROS	17
3.3.1. ANÁLISE FINANCEIRA DA CUMT/CIMT – 2005/2012	17
3.3.2. QUOTIZAÇÃO MENSAL	20
3.3.2.1. Critério de Cálculo	20
3.3.2.2. Quotização dos Municípios	21
3.3.3. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PROJETOS / ATIVIDADES	21
3.3.4. COMPARTICIPAÇÃO GLOBAL / ANUAL	23
4. ORÇAMENTO	23
5. CONCLUSÃO	23
ANEXO I – FICHAS DE PROJETO E ATIVIDADES	26
ANEXO II – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2013	51
ANEXO III – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO	54
ANEXO IV – CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO	63
ANEXO V – METODOLOGIA SEGUIDA PARA ELABORAÇÃO PLANO DE ATIVIDADES	67
ANEXO VI – PLANO DE FORMAÇÃO DA CIMT PARA 2013	69

Médio Tejo

MÉDIO TEJO OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO / 2014

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

Com a entrada em vigor da **Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro** foi estabelecido o regime jurídico das autarquias locais, que aprova **o estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.**

Assim, com a introdução deste novo estatuto das comunidades intermunicipais, a área geográfica da **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) passa a ser constituída pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Sertã e Vila de Rei.** Estes dois últimos municípios resultam da extinção da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, comunidade esta, que nos últimos anos, desde a assinatura do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, em dezembro de 2013 com a CIMT e com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, tem trabalhado em parceria para a gestão e acompanhamento dos projetos municipais e intermunicipais aprovados no âmbito desse mesmo contrato celebrado no âmbito do QREN.

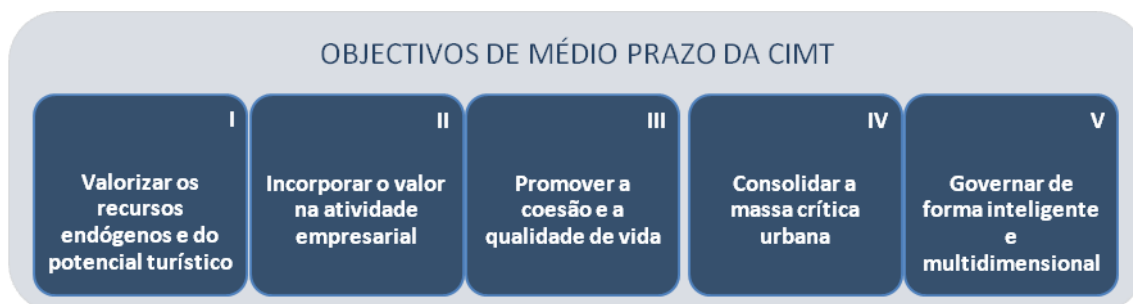
Deste modo, e com a nova reorganização territorial do Médio Tejo, continua a assunção que um dos principais vetores de coesão territorial é a cooperação municipal com repercussões na qualidade de vida das populações e na competitividade regional.

Para o efeito, e **no contexto da preparação do próximo quadro comunitário para o período de referência 2014-2020, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo iniciou no ano transato a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de base territorial para a Região do Médio Tejo,** pelo que o novo ano económico de 2014 terá um enfoque especial na continuidade dos trabalhos e da própria negociação com as entidades competentes para colocar em prática o plano de ação presente nessa mesma Estratégia. A Estratégia a definir encontra-se alinhada com a Política de Coesão definida pela União Europeia para o período de 2014-2020, bem com a Estratégia Europa 2020 que aponta o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo enquanto elementos essenciais para a evolução da União Europeia e claro, da nossa Região.

Perante a **estratégia futura do Médio Tejo 2014-2020, os objetivos de médio prazo da CIMT assentam nas cinco orientações estratégicas,** nas quais assentará o plano de ação orientado para a sua comunidade e que assenta em estratégias de desenvolvimento local e regional integradas e

multissetoriais, concebidas com base nas necessidades e no potencial locais e regionais, e promovendo-se a governação conjunta através da total participação da comunidade local, regional na definição de objetivos municipais e supramunicipais.

Por fim, é de salientar que o ano de 2014 será igualmente o ano de consolidação dos projetos intermunicipais que se encontram em execução no âmbito do QREN, estando previsto a conclusão da grande maioria, nomeadamente, os projetos aprovados no âmbito da Contratualização, e outros projetos aprovados em outros Programas Operacionais como sejam (POVT, POPH). Será, também, o início pleno de projetos ligados à modernização administrativa da CIMT e dos seus municípios, dada que a aprovação apenas ocorreu no final do ano transato.



1.2. Visão e Missão

Tendo em conta a Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo 2014-2020, a visão da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é introduzida de vetores de revitalização, diferenciação e de uma efetiva integração territorial para a construção de um “novo espaço” no Médio Tejo de relevância empresarial, ambiental, populacional e turística que se afirmará pelo equilíbrio entre vetores de coesão e vetores de competitividade.

Nesse sentido a **visão** da CIMT será:

**PROMOVER, ATRAVÉS DE UM MODELO DE GOVERNAÇÃO CONJUNTA,
O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO, COMO UM TERRITÓRIO A
DESCOBRIR, INVESTIR, TRABALHAR E VIVER**

Assim a **missão** destes serviços para 2014, será:

- ✓ Consolidar a estratégia de intervenção em curso dentro dos princípios definidos pela Visão da CIMT, sempre assente na **proximidade ao cidadão e às empresas** promovendo a redução da despesa pública;
- ✓ Implementar e acompanhar projetos regionais para o aprofundamento da coesão interna, **fomentando a participação dos atores regionais através de alianças e parcerias estratégicas**, potenciando economias de escala;
- ✓ Alavancar projetos estratégicos que possam, dentro dos princípios de racionalização, fomentar a **projeção nacional e internacional da região** para a promoção da competitividade territorial;
- ✓ Promover modelos de gestão que fomentem ganhos de eficiência e eficácia e que privilegiem a **racionalização e simplicidade de serviços**, tendo sempre em consideração as especificidades locais para a melhoria do serviço público.

1.3. Objetivos Estratégicos

Foram atualizados os cinco objetivos estratégicos de médio prazo, os quais foram definidos em função da estratégia de desenvolvimento territorial do Médio Tejo para o próximo período de programação comunitária 2014-2020 e que dão, conseqüentemente, suporte aos Projetos e Atividades dos diversos Serviços da CIMT.

Objetivo Estratégico I - VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO

A valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico visa o desenvolvimento de atuações dirigidas à valorização económica do potencial da região, através de iniciativas organizadas e mobilizadas em função de objetivos de promoção regional e marketing territorial.

O Turismo é aqui uma aposta na definição da estratégia de desenvolvimento turístico do território abrangido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), designadamente nos seus treze concelhos, assente na elaboração e implementação de um Plano de Ação conjunto.

Objetivo Estratégico II - INCORPORAR O VALOR NA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Pretende-se dar continuidade às ações de promoção do empreendedorismo na região, no sentido de criar mecanismos que vão ao encontro de futuras iniciativas empresariais, mais dinâmicas e empreendedoras e orientadas para o mercado.

Objetivo Estratégico III - PROMOVER A COESÃO E A QUALIDADE DE VIDA

Promover a coesão e a qualidade de vida na Região deverá resultar em intervenções de Regeneração Urbana nos centros históricos e nos centros urbanos das vilas e cidades do Médio Tejo através da aplicação de instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, promovendo-se para o efeito a análise da viabilidade da constituição de um Fundo de Imobiliário dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Objetivo Estratégico IV - CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA

Consolidar a massa crítica urbana é um objetivo que visa a valorização dos modelos urbanos de vivência perfeitamente integrados na envolvente natural do Médio Tejo, promovendo-se, para o efeito, igualmente, uma maior coesão territorial.

Deste modo, a Mobilidade de Transportes e a definição e implementação de Planos de Acessibilidade Local continuarão a ser uma prioridade da Região, dando-se continuidade à abordagem integrada e apostada numa estratégia regional pioneira, das questões ligadas aos transportes e à mobilidade das pessoas e das empresas.

Sendo a atração da população e a promoção profissional das pessoas uma das metas do Médio Tejo promover-se-á o desenvolvimento pessoal e profissional dos Recursos Humanos da CIMT e dos Municípios associados com vista à melhoria das suas competências visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado na região.

Objetivo Estratégico V - GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL

Com vista à operacionalização das atuações da CIMT, é necessário promover uma governação territorial de forma inteligente e multidimensional. Para o efeito, dar-se-á continuidade à modernização administrativa da CIMT e dos seus municípios, incentivando a aplicação de modelos organizativos que fomentem uma maior agilização de procedimentos e intercâmbio de informação com vista a fomentar a mudança organizacional e, por conseguinte a qualidade dos serviços.

No que concerne ao período de programação comunitária, face àquele que se encontra em fase de conclusão (2007-2013) e dado ao próximo, os trabalhos assentam na elaboração e implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial e na operacionalização de uma equipa multidisciplinar, no sentido de rentabilizar e realizar as estratégias municipais e intermunicipais definidas no diversos Planos Territoriais.

1.4. Relação dos Objetivos Estratégicos / Projetos

Tendo em vista a visão global das principais intervenções da CIMT, junta-se o quadro abaixo, que relaciona os objetivos estratégicos com os Projetos (Objetivos Específicos).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		PROJETOS
Objetivo Estratégico I VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO	1.1	Afirmação Territorial do Médio Tejo
	1.2	Riscos Naturais no Médio Tejo – Prevenção e Gestão – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para as Corporações de Bombeiros do Médio Tejo
	1.3	Médio Tejo – Marketing Territorial
Objetivo Estratégico II INCORPORAR O VALOR NA ATIVIDADE EMPRESARIAL	2.1	EMREDE – Médio Tejo – Empreendedorismo em Rede
Objetivo Estratégico III PROMOVER A COESÃO E A QUALIDADE DE VIDA	3.1.	Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo
Objetivo Estratégico IV CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA	4.1	Melhoria da Mobilidade – Transporte a Pedido no Médio Tejo
	4.2	GSIG – Médio Tejo – Gestão em SIG
	4.3	PIAL Médio Tejo – Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local
	4.4	GEFOR – Gestão da Formação / Médio Tejo
Objetivo Estratégico V GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL	5.1	Médio Tejo Online
	5.2	Modernização Administrativa – Outros Projetos
	5.3	QREN – Apoio e Contratualização
	5.4	Estratégia 2020 – Plano Estratégico do Médio Tejo 2014-2020
	5.5	Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
	5.6	Reorganização de Serviços da CIMT e dos Municípios
	5.7	Organização e métodos de trabalho / SIADAP

2. ATIVIDADES PREVISTAS

Resumidamente, as atividades previstas para este ano correspondem á continuidade às atividades previstas nas Opções do Plano 2013, pois 2014 corresponderá, mais uma vez, ao ano de finalização de muitos projetos aprovados do âmbito da Contratualização do QREN bem como de outros projetos inseridos em Programas Operacionais entretanto aprovados (Mais Centro, POVT, POPH).

Contudo, face ao período de transição dos fundos comunitários, da integração dos municípios da Sertã e de Vila de Rei em muitos dos projetos em curso e das recentes expectativas de funcionamento a nível intermunicipal, foram desde já consideradas algumas novas atividades.

No Anexo I – Fichas de Projeto e Atividades – procede-se à descrição exaustiva de algumas Atividades inseridas nos Projetos a desenvolver no ano de 2014, para melhor perceção e enquadramento.

Objetivo Estratégico I - VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
1.1	AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO	Anual	415.921,06 €	165.518,17€	Candidatura aprovada no âmbito do MaisCentro, cujo contrato de financiamento data de 14.07.2011.
1.1.1	Promoção e Divulgação	Anual	129.783,98€	90.872,40€	Valor a ser executado em termos de PPI, pelo projeto "Médio Tejo Digital II".
1.1.2	Promoção do Turismo	Anual	286.137,08€	74.645,77€	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do procedimento de reprodução gráfica de material de promoção turística (Desdobrável dos Museus do Médio Tejo – versão bilingue: português e inglês), entre outro material promocional para divulgação e promoção do projeto, bem como ao nível do marketing territorial da região. - Conclusão do procedimento respeitante à implementação da Rede de Espaços Virtuais do Médio Tejo (PACAD - Programa de Animação Científica e Artística Digital); - Conclusão do procedimento respeitante à Certificação HERITY de 26 bens culturais no Médio Tejo. - Conclusão do procedimento respeitante à elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Médio Tejo, e respetivo Plano de Ação (2014-2020). - Realização de reuniões temáticas na área do turismo com os Técnicos de Turismo das Câmaras Municipais do Médio Tejo. - Realização de reuniões com as diversas entidades com intervenção no âmbito do turismo no Médio Tejo, com vista à implementação de uma estratégia de intervenção conjunta e integrada.
1.2	RISCOS NATURAIS NO MÉDIO TEJO – PREVENÇÃO E GESTÃO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA AS CORPORações DE BOMBEIROS DO MÉDIO TEJO	2013-2014	253.343,00€	253.343,00€	Dotação de 482 elementos dos corpos de bombeiros e serviços de proteção civil municipal com equipamentos de proteção individual necessários ao combate de incêndios em espaços naturais.
1.3	MÉDIO TEJO – MARKETING TERRITORIAL	Anual	50.000,00 €	50.000,00€	Projeto a ser implementado em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Centro
1.3.1	Promoção e Divulgação	Anual	50.000,00€	50.000,00€	<ul style="list-style-type: none"> - Realização e participação em eventos nacionais e internacionais (promovidos quer pela CIMT, quer por outras entidades) - Elaboração e difusão de material promocional - Participação em redes nacionais e internacionais - Divulgação e promoção da região nos meios de comunicação social - Valorização da identidade do Médio Tejo e das especificidades locais

Objetivo Estratégico II - INCORPORAR O VALOR NA ATIVIDADE EMPRESARIAL

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
2.1	EMREDE - MÉDIO TEJO – EMPREENDEDORISMO EM REDE	Anual	251.708,56€	136.166,06€	Operação aprovada pelo P.O.R Centro em 4-02-2011
2.1.1	Elaboração do Plano de Ação para Promoção do Empreendedorismo na Região do Médio Tejo	Anual	69.948,33€	29.352,55€	Pretende-se com esta ação a definição de um Plano de Ação para a Promoção em Rede do Empreendedorismo na Região do Médio Tejo, através do desenvolvimento de processos de concertação à escala supramunicipal com vista à criação de um ecossistema empreendedor.
2.1.2	Implementação, dinamização e seguimento do "Plano de Acção para a Promoção do Empreendedorismo na Região do Médio Tejo	Anual	181.760,25€	106.813,51€	Pretende-se implementar ações suportadas em rede de parceria no território do Médio Tejo com vista à promoção do empreendedorismo, designadamente: - Apoio à criação de empresas e emprego - Ensino para o empreendedorismo e capacitação de professores - Divulgação das ações do projeto

Objetivo Estratégico III – PROMOVER A COESÃO E A QUALIDADE DE VIDA

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
3.1	REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO	2013-2014	92.188,50€	46.063,50€	Conclusão do estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, com vista à análise da viabilidade sobre a constituição de um Fundo Imobiliário dinamizado pela CIMT.

Objetivo Estratégico IV - CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
4.1	MELHORIA DA MOBILIDADE	2008-2014	751.271,04€	152.413,74€	
4.1.1	Transporte a Pedido no Médio Tejo	2008-2014	702.071,04€	103.213,74€	- Assegurar a continuidade do funcionamento do serviço de Transporte a Pedido no concelho de Mação; - Operacionalização do alargamento do serviço de Transporte a Pedido na zona norte do concelho de Abrantes e no concelho de Sardoal; - Desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma de gestão do serviço de Transporte a Pedido; - Realização de estudo técnico de desenho do serviço de Transporte a Pedido – proposta de alargamento aos concelhos de Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha.
4.1.2	Sistema Integrado de Transportes	2014	49.200,00€	49.200,00€	- Dar sequência aos trabalhos previstos no Despacho 7347/2011 de 17.05.2011 no contexto do Grupo de Trabalho SET/IMT/CIMT, no contexto da aplicação do Regulamento CE n.º 1370/2007; - Estabelecimento do Pacto de Mobilidade, envolvendo os principais atores que influenciam a oferta e procura do sistema de transportes no Médio Tejo; - Estruturação de um Observatório da Mobilidade, com o objetivo de assegurar a monitorização da evolução das condições de mobilidade na região; - Desenvolvimento de plataforma de gestão intermunicipal de transportes para partilha e cruzamento de

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
					informação a nível regional (indicadores, custos, boas praticas) e otimização de soluções de transporte escolar; - Desenvolvimento de Planos de Mobilidade/Planos de Ação específicos para Grandes Geradores (Hospitais, Estabelecimentos de Ensino Superior e Profissional, Zonas Empresariais); - Desenvolvimento de Plano de Mobilidade dedicado aos Modos Suaves; - Início das análises técnicas com vista à criação do bilhete único do Médio Tejo e exploração de formas de produção de títulos combinados (Transporte a Pedido, Transportes Interurbanos, Transportes Urbanos, Equipamentos Públicos); - Desenvolvimento e implementação de metodologia para monitorização contínua do estado de conservação das vias e definição de estratégias concertadas de intervenção na rede viária.
4.2	GSG - MÉDIO TEJO - GESTÃO EM SIG		2.926.242,03 €	517.359,40 €	
Médio Tejo – Gestão Em SIG – Valor Global Operação (2.2.1,2.2.2,2.2.3)			1.735.585,14 €	293.909,40 €	Projetos incluídos na Candidatura “Médio Tejo – Gestão em SIG”, apresentada junto do Programa Operacional Regional do Mais Centro, no âmbito do “SAMA – Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
4.2.1	Execução de Cartografia e Ortofotos 2K	2005-2014	825.650,45 €	36.283,64 €	Produção de cartografia para os Aglomerados Urbanos e ortofotos e respetivo controlo de qualidade. Valor considerado para o pagamento dos últimos 5% (com consequente homologação).
4.2.2	Atualização e Retificação de Cartografia 10K	2011-2014	354.757,24 €	235.675,77 €	Atualização e retificação de cartografia de “média” escala e respetivo controlo de qualidade, incluído o processo de homologação da respectiva cartografia.
4.2.3	Sistema de Informação Territorial 2 (SIT 2) – 1ª fase	2008-2014	555.177,45 €	21.950,00 €	Consolidar e reforçar o apetrechamento técnico e tecnológico (software e hardware) dos Gabinetes de Sistemas de Informação Geográfica, existentes nos diversos Municípios associados e CIMT.
Médio Tejo – Gestão Em SIG – Valor Global outros Projetos (2.2.4, 2.2.5 e Projecto GPS)			1.190.656,89 €	123.450,00 €	Valores de Projetos não inseridos até ao presente em candidaturas ou noutra candidatura.
4.2.4	Sistema de Informação Territorial 2 (SIT 2) – 2ª fase	2011-2016	170.00,00 €	20.000,00 €	Consolidar e reforçar na continuidade do projeto SIT 2 – 1ª fase, o apetrechamento técnico e tecnológico (equipamento informático e software) dos Gabinetes de SIG existentes nos diversos Municípios e CIMT, numa contínua e concertada caracterização e gestão do território, no âmbito de outros projetos desenvolvidos nos Municípios e CIMT.
4.2.5	Médio Tejo – Gestão em SIG - Outros Projetos	2013-2018	1.000.000,00 €	100.000,00 €	No seguimento do desenvolvimento dos restantes projetos de Gestão em SIG, torna-se premente considerar a constante atualização da informação geográfica já recolhida e disponível online. Para além da informação de base das cartografias e dos levantamentos dos conteúdos é pertinente o levantamento de informação cadastral uma vez que esta informação é estratégica e estrutural. Foi apresentada candidatura em concertação com a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) no âmbito de Estudos e instrumentos destinados a suprir as lacunas existentes, tanto na área da proteção civil como na identificação, de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território, mais concretamente - Produção de cartografia temática de riscos, de apoio ao planeamento de emergência. Será ainda de relevância considerar projetos de desenvolvimento de interesse intermunicipal, em diversas matérias como por exemplo no âmbito do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais, da proteção civil e segurança, de gestão ambiental, da gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto e de lazer, de outros equipamentos públicos, das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas; residuais e resíduos urbanos.
4.2.5.1	Médio Tejo – Gestão em SIG - Outros Projetos – Cartas de Riscos	2013-2014	60.024,00 €	60.024,00 €	
4.2.5.2	Médio Tejo – Gestão em SIG - Outros Projetos – Outro âmbito	2013-2018	939.976,00	39.976,00 €	

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
	Projeto GPS	2009-2014	20.656,89 €	3.450,00 €	Gestão e Coordenação dos equipamentos GPS existentes. Manutenção do sistema Operacional.
4.3	PIAL MÉDIO TEJO	2010-2014	142.681,24€	44.280,00€	
4.3	PIAL Médio Tejo – 2.ª Fase	2014	44.280,00€	44.280,00€	- Impulsionar e monitorizar a implementação dos Planos Locais de Promoção da Acessibilidade elaborados; - Dinamizar o Sistema de Informação Participado; - Desenvolver iniciativas de sensibilização para a temática da Acessibilidade; - Implementar progressivamente a utilização de suportes comunicacionais especiais; - Criar símbolo de estabelecimento acessível e regulamentar as condições de certificação/atribuição.
4.4	GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO		133.699,63 €	133.699,63 €	CIF
4.4.1	Formação da Administração Local	ANUAL	67.006,83€	67.006,83€	Com a atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional assente no desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional (CIMT e Municípios associados), numa lógica de projeto e de resolução de problemas organizacionais para a melhoria das competências pessoais e profissionais dos funcionários da Administração Local. Pretende-se aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores; potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional.
4.4.2	Seminários e Workshops	ANUAL	5.000,00 €	5.000,00 €	Contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local; Debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da Administração Pública, para fazer face à complexidade e aos desafios no âmbito da eficácia.
4.4.3	Estágios Curriculares e Profissionais	ANUAL	56.692,80 €	56.692,80 €	Orientar 5 Estágios Profissionais, apresentados em pré-candidatura.
4.4.4	Reuniões Temáticas	ANUAL	5.000,00 €	5.000,00 €	Reunir trabalhadores da mesma área, nomeadamente da área financeira das diversas autarquias, sempre que possível com o acompanhamento de um especialista, para discussão de assuntos considerados pertinente pelos mesmos, de forma a poderem esclarecer as suas dúvidas.

Objetivo Estratégico V - GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
5.1.	MÉDIO TEJO ONLINE	2013-2015	719.988,76€	417.154,15€	Melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas, através de um processo de modernização administrativa.
5.1.1.	Serviços Online – Faturação Eletrónica	2014-2015	10.580,46€	6.171,94€	Desmaterialização da fatura como resposta às iniciativas de e-commerce a implementadas.
5.1.2.	Serviços Online – Plataforma de Educação	2013-2014	215.650,49€	215.650,49€	Implementação de uma Plataforma de Educação para gestão integrada de refeições escolares, transportes escolares, docentes e não docentes, do parque e do equipamento escolar, ação social escolar, entre outros.
5.1.3.	Compras Públicas – Central de Compras da CIMT	2013-2014	114.451,50€	64.370,00€	Centralização das aquisições das entidades integrantes da Central de Compras da CIMT, no sentido de promover maiores economias de escala, implementando novas competências na área das aquisições eletrónicas.
5.1.4.	Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	2013-2015	146.323,48€	97.351,72€	Atualização das infraestruturas tecnológicas.

N.º	PROJECTO/ACTIVIDADE	CALENDARIZAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		RESULTADOS 2014
			Valor Global	Execução 2014	
5.1.5.	Gestão Documental	2014	25.000,00€	25.000,00€	Implementação da gestão documental da CIMT.
5.1.6.	Plataforma de Cadastro Industrial – Projeto Piloto	2013-2014	8.610,00€	8.610,00€	Implementação de um projeto piloto em parceria com a Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, que consiste numa plataforma informativa dos postos de combustível licenciados, por aquela entidade e pelos municípios, para a devida fiscalização e cumprimento da legislação em vigor, em tempo útil.
5.2	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – OUTROS PROJETOS	2011-2016	719.988,76€	417.154,15€	Atualização das infraestruturas tecnológicas e implementação de projetos na área da modernização administrativa.
5.3	QREN – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO	2008-2015	1.395.332,41€	125.000,00€	Gestão eficaz e eficiente da Contratualização da Subvenção Global e a elaboração e acompanhamento de candidaturas ao PO Regional do Centro, aos Programas Operacionais Temáticos e às demais candidaturas à União Europeia.
5.4	ESTRATÉGIA 2020 – PLANO ESTRATÉGICO DO MÉDIO TEJO 2014-2020	2013-2014	92.188,50€	69.141,38€	Elaboração do Plano Estratégico do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020.
5.5	SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO		176.364,00 €	88.182,00 €	
5.5.1	Saúde no Trabalho	Anual	145.260,00 €	72.630,00 €	Prevenção de doenças profissionais, contribuição para a diminuição da sinistralidade dos trabalhadores em funções públicas e consequente aumento da sua produtividade.
5.5.2	Segurança e Higiene no Trabalho	Anual	31.104,00 €	15.552,00 €	Prevenção de riscos profissionais, contribuição para a diminuição da sinistralidade dos trabalhadores em funções públicas e consequente aumento da sua produtividade.
5.6	REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA CIMT E DOS MUNICÍPIOS	2013	5.000,00€	5.000,00€	Apoiar a organização dos serviços de acordo com as normas e regras estabelecidas na legislação em vigor, tais.
5.7	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO/SIADAP	2013	0,00€	0,00€	Apresentação de normas de procedimentos. Modernização da gestão financeira, da informação e da comunicação.

3. RECURSOS

3.1. Recursos Humanos

De acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º, do DL n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro, “...os órgãos e serviços planeiam, aquando da preparação da proposta de orçamento, as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo **mapa de pessoal.**”

Assim, devem constar do mapa de pessoal, “...a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.”.

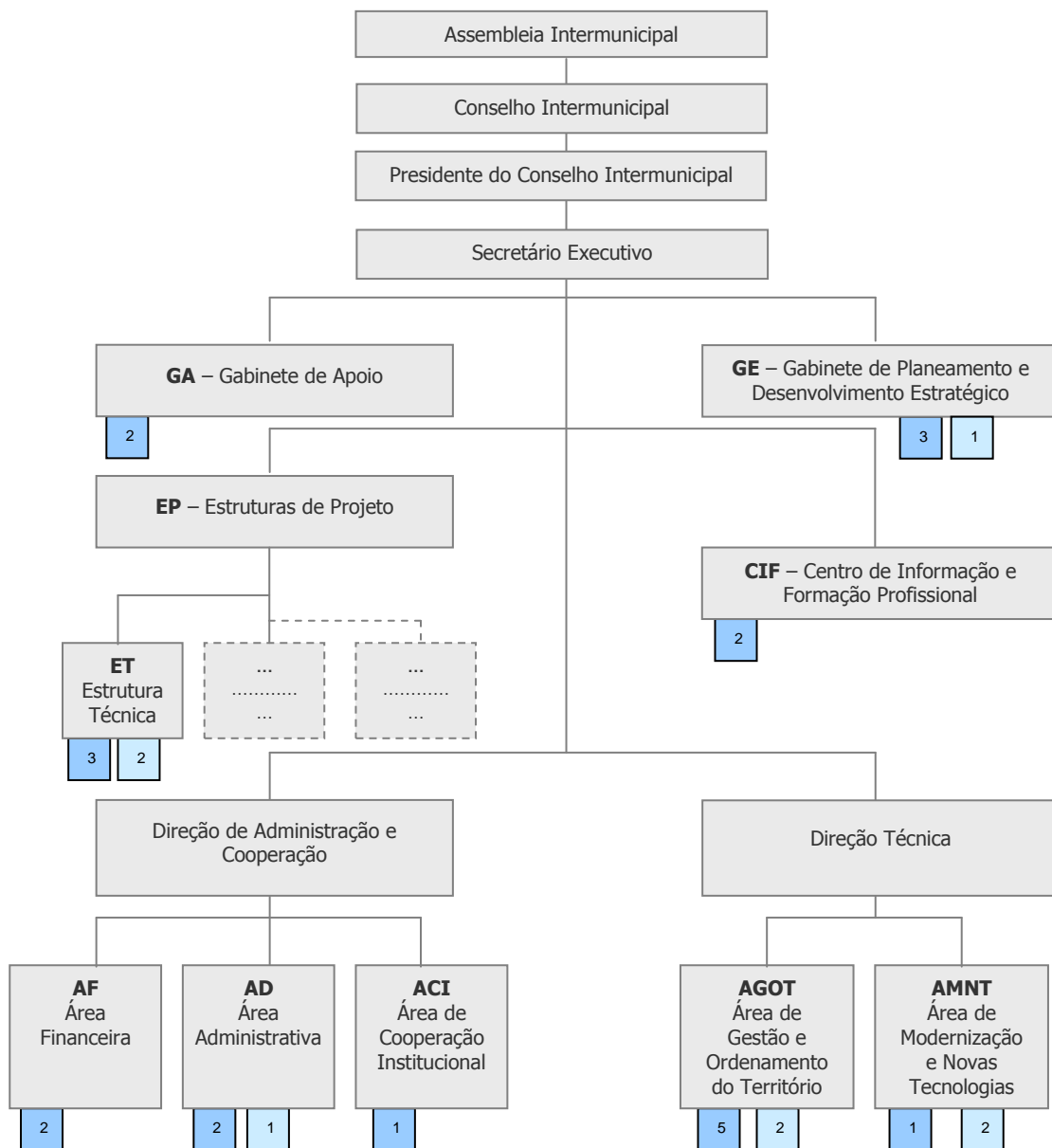
Tendo em conta o referido anteriormente e tomando como referência a situação atual da CIMT e as Opções do Plano para o próximo ano, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os dados relevantes sobre os recursos humanos da CIMT, seguido do mapa de pessoal para o próximo ano (Anexo II).

O Mapa de Pessoal para 2014 contempla os seguintes postos de trabalho:

Carreira	Contrato por Tempo Indeterminado	Contrato a Termo Certo e Incerto	Nomeação	A Recrutar		TOTAL
				Procedimentos Concursais	CIM PIS	2014
Dirigente			1			1
Técnico Superior	11 (a)(b)	8		3	1	23
Informática		1		2 (c)		3
Assistente Técnico	2	1			2	5
TOTAL	13	10	1	5	3	32

- 1 técnica superior – em cedência de interesse público na empresa municipal “Turrispaços”; 1 técnico superior em mobilidade interna na Câmara Municipal de Abrantes;
- Conta com 1 técnico superior pertencente ao Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul.
- 1 procedimento concursal a decorrer.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



Legenda:

- Em funções (total 21)
- Reforço 2014 (total 8)

No que respeita ao Mapa de Pessoal da CIMT, torna-se importante esclarecer e salientar as seguintes situações:

- ❖ O Mapa de Pessoal conta com 2 técnicas superiores que estão atualmente a desempenhar funções em outras entidades, encontrando-se uma delas em mobilidade interna na Câmara Municipal de Abrantes e outra em Cedência de Interesse Público na empresa municipal “Turrisespaços”;
- ❖ Na sequência da extinção da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, prevê-se a integração de três trabalhadores no Mapa de Pessoal da CIMT;
- ❖ Prevê-se a necessidade de abrir procedimentos concursais para:
 - 1 Especialista Informático, Licenciatura em Engenharia Informática, por tempo indeterminado: a CIMT conta com apenas 1 trabalhador com CTFP a termo resolutivo incerto, o que já se revelou manifestamente insuficiente, nomeadamente, em situações de baixa médica e férias da trabalhadora;
 - 1 Técnico Superior, Licenciatura em Engenharia Civil, a termo resolutivo incerto: devido à necessidade de encerramento do atual quadro comunitário – QREN, e tendo em conta o avultado número de verificações físicas ao local ainda a efetuar, bem como, o facto de uma das trabalhadoras da Estrutura de Apoio Técnico, se ausentar por motivo de licença de maternidade no início do próximo ano, torna-se fundamental recrutar um técnico. É ainda de salientar que os encargos com o referido técnico são comparticipados a 85%;
 - 1 Técnico Superior, Licenciatura em Gestão, a termo resolutivo incerto: prevê-se que a Central de Compras comece a ter um considerável volume de trabalho, pretendendo-se que a mesma se assuma cada vez mais como o método de eleição no que respeita à aquisição de bens e serviços, pelo que se torna fundamental contar com um técnico afeto a este serviço;
 - 1 Técnico Superior, Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, por tempo indeterminado: a legislação e a própria gestão dos recursos humanos na administração pública está em constante mudança, pelo que se considera deveras pertinente que a CIMT possa contar com duas técnicas no serviço de RH, para que o referido serviço esteja continuamente assegurado.

3.2. Recursos Patrimoniais

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO / INSTALAÇÕES

Não se perspetivam intervenções especiais para além das relacionadas com a manutenção das instalações para o bom funcionamento dos serviços.

Continuam atuais as necessidades focadas nas Opções do Plano e Orçamento de 2013, nomeadamente as seguintes:

- As intervenções mais prementes referem-se à necessidade de pequenas obras de manutenção, como pinturas de muros exteriores e das instalações sanitárias, indispensáveis para salvaguardar a imagem de um edifício público cuidado no **Pólo de Abrantes**.

- Uma vez que se constatou que o sistema de ventilação/climatização do edifício está inoperacional e, dado que o equipamento já tem 27 anos, tendo sido descontinuado, é imprescindível assegurar, por razões técnicas e de consumo energético, as condições mínimas de trabalho. Nesse sentido, parece oportuno que se desenvolva um estudo de modo a viabilizar a solução técnica e económica, mais vantajosa para o fim em vista, bem como as novas vocações a instalar neste edifício e que ainda estão a serem avaliadas.

- No **Pólo de Constância** a criação de mais uma sala de formação, de modo a viabilizar a concretização de mais uma sala de aula para o desenvolvimento de ações de formação em ambiente “I Desk”, isto é, com recurso a equipamentos informáticos.

FROTA AUTOMÓVEL

O parque automóvel da CIMT é constituído por três viaturas.

Duas das viaturas da CIMT já apresentam problemas de funcionamento, ocasionando encargos elevados de manutenção anualmente, pelo que em 2014 será urgente proceder à aquisição de uma nova viatura, a qual será financiada através da candidatura da assistência técnica.

CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

São igualmente necessárias verbas para a manutenção de diverso equipamento, nomeadamente para a manutenção dos sistemas de climatização na sede em Tomar e Pólo de Constância,

Estes investimentos estão dependentes da capacidade financeira da CIMT face aos atuais constrangimentos .

3.3. Recursos Financeiros

3.3.1. Análise Financeira da CUMT/CIMT – 2005/2012

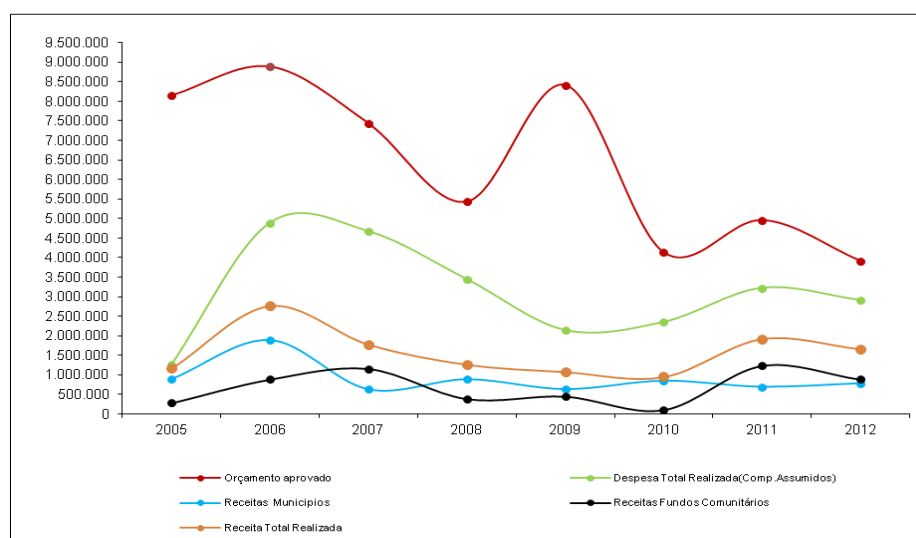
Para que a CIMT garanta e contribua para uma eficiente e eficaz gestão de projetos e atividades, necessita assegurar as receitas para fazer face às despesas de manutenção e ao funcionamento em pleno das infra-estruturas e projetos inerentes ao Médio Tejo, de modo a permitir que haja uma flexibilidade financeira mínima, para garante da manutenção e atualização dos sistemas instalados, face às exigências de funcionamento desta estrutura cada vez mais interventiva no desenvolvimento Regional que se deseja.

Assim, tomando por base os cálculos e estimativas orçamentais efetuadas entre o ano de 2005 e 2012 constata-se que:

Quadro I

Análise Financeira 2005/2012

Dados em Análise	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Orçamento aprovado	8.145.397	8.880.350	7.432.518	5.428.887	8.411.956	4.133.396	4.955.547	3.910.502
Despesa Total Realizada(Comp.Assumidos)	1.269.067	4.882.617	4.668.036	3.443.355	2.139.704	2.346.917	3.218.622	2.908.621
Receitas Municipios	884.789	1.886.263	627.807	883.047	630.634	847.083	692.510	781.503
Receitas Fundos Comunitários	276.137	880.011	1.155.337	385.338	448.334	101.430	1.229.290	881.749
Receita Total Realizada	1.160.926	2.766.274	1.783.144	1.268.385	1.078.968	948.514	1.921.801	1.663.252



- a) Relativamente aos **orçamentos anteriormente aprovados**, tem-se vindo a verificar, desde o ano de 2009, um decréscimo no seu valor global, sendo o orçamento para o ano de 2012, aquele que apresenta o valor mais baixo desde o ano de 2005;
- b) No que respeita às **receitas por parte dos municípios**, verifica-se um ligeiro aumento em comparação com o ano de 2011, que resulta essencialmente da implementação do programa PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, por parte da administração central;
- c) O ano de 2010 registou uma diminuição das **receitas provenientes dos fundos comunitários**, situação esta alterada no ano de 2011, dado que muitos projetos intermunicipais submetidos no ano de 2010, foram aprovados no fim desse ano ou no decorrer do ano de 2011.

Em 2012 volta-se a verificar um abrandamento das receitas vindas dos fundos comunitários, resultante da execução física aprovada dos vários projetos cofinanciados e de interesse intermunicipal, uma vez que, estes atingiram em 2012 um elevado grau de maturidade, encontrando-se já numa fase pré-conclusão;

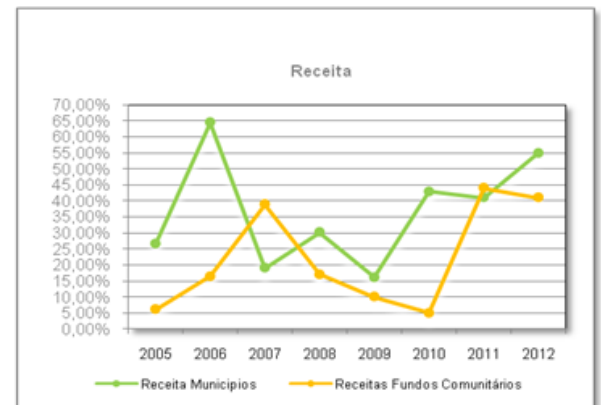
- d) Quanto á **receita total realizada**, esta comparativamente a 2011 volta a registar um ligeiro decréscimo em consequência da real execução dos projetos intermunicipais pelo que as receitas vindas dos fundos comunitários tiveram uma ligeira quebra.

O reforço verificado nas transferências efetuadas pelos municípios, não foi suficiente para provocar um aumento da receita total realizada.

Quadro II

Análise dos Graus de Execução

Componentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grau Execução Orçamento - Despesa	13,53%	26,18%	42,26%	30,59%	16,11%	28,63%	40,11%	49,41%
Grau Execução Orçamento - Receita	18,01%	32,81%	32,39%	32,45%	14,73%	28,19%	44,99%	47,90%
Grau Execução Receita Municípios	26,51%	64,45%	19,03%	30,09%	16,23%	43,00%	41,00%	55,00%
Grau Execução Receita Fundos Comunitários	6,24%	16,52%	38,85%	17,10%	10,04%	5,00%	44,00%	41,00%



- a) Em 2005 e 2006 o grau de execução do Orçamento na componente da receita é maior, que em 2007 há uma inversão, sendo a despesa superior à receita em cerca de 10 por cento, sendo que em 2008 e 2009 se verificou um equilíbrio entre a despesa e a receita. A inversão verificada em 2007 e que corresponde igualmente ao pico da despesa deveu-se à conclusão do QCAIII.

De 2009 a 2011 constata-se que o grau de execução do orçamento tem vindo a aumentar.

- b) Relativamente a proveniência das receitas verifica-se que entre 2005 (+20%) e 2006 (+48%) o valor é muito superior na componente da receita dos municípios, verificando-se uma inversão das receitas em 2007 sendo superior a receita dos fundos comunitários em cerca de 19%. Em 2008 verifica-se uma nova inversão, sendo maior a receita dos municípios com respectiva continuidade em 2009.
- c) Entre 2005 e 2006 os municípios comprometeram-se com adiantamentos de receita que asseguraram o financiamento dos investimentos com financiamento comunitário, nomeadamente o MDT. Entre 2008 e 2009 verifica-se um decréscimo do grau de execução do orçamento revelando-se igualmente um equilíbrio entre a receita e a despesa.
- d) O grau de execução do orçamento da despesa registou um aumento significativo no ano de 2011 (40,11%) comparativamente a 2010 (28,63%) bem como, o grau de execução da receita que em 2011 se cifrou nos (44,99%), justificando-se com o aumento das verbas transferidas dos fundos comunitários – QREN.
- e) Relativamente à receita à que salientar um aumento significativo das receitas provenientes dos fundos comunitários de 2010 (5,00%) para 2011 (44,00%), que se deve ao facto de os projetos comunitários apresentarem um elevado grau de execução.

- f) O ano de 2012 é caracterizado por um aumento nos graus de execução do orçamento da despesa, bem como no da receita. Isto traduz uma maior e melhor capacidade da CIMT em prever e executar as suas linhas estratégicas e de orientação no desenvolvimento intermunicipal na área geográfica do Médio Tejo.

Também se verificou-se um ligeiro aumento no grau de execução da receita quer proveniente dos municípios quer dos fundos comunitários.

3.3.2. Quotização Mensal

Embora hajam constrangimentos financeiros pelas medidas constantes nos Orçamentos de Estado, pela nova Lei das Finanças Locais, fundos disponíveis, etc, para os municípios, e cabendo à CIMT o papel de estrutura intermédia para a racionalização de recursos para o funcionamento de muitas das áreas de intervenção dos Municípios, prevê-se que seja indispensável a manutenção das quotas aprovados em orçamento para a quotização anual dos municípios de 2013, prevendo-se no entanto uma diminuição de 3% do seu valor. Recorde-se que o valor das quotas se mantém inalterado desde 2008, sendo sobre este valor que irá recair a diminuição de 3%.

3.3.2.1. Critério de Cálculo

Mantêm-se o critério da repartição da quotização de cada um dos Municípios associados aprovado para o ano de 2012, sendo, aproximadamente, o seguinte:

QUOTA	
COMPONENTE FIXA 35%	65% COMPONENTE VARIÁVEL
Resulta do cálculo do valor das quotas dos Municípios de forma igualitária, de modo a que a receita obtida seja aproximadamente de 35% da receita mensal a obter	Resulta da indexação dos outros 65% da receita ao somatório do FBM+FGM+FCM

3.3.2.2. Quotização dos Municípios

Apresenta-se a seguir o Quadro Síntese com o valor da quotização anual e mensal para o ano de 2014.

Quadro Síntese

Municípios	Parte Equitativa 35% (mensal)	Parte Variável 65% OE (mensal)	Quota mensal	Parte Equitativa 35% (anual)	Parte Variável 65% OE (anual)	Quota Anual	Quota Anual com redução de 3%	Redução de Quota
Abrantes	1.610,07 €	5.443,95 €	7.054,02 €	19.320,88 €	65.327,35 €	84.648,23 €	82.108,78 €	2.539,45 €
Alcanena	1.610,07 €	2.264,81 €	3.874,89 €	19.320,88 €	27.177,77 €	46.498,65 €	45.103,69 €	1.394,96 €
Constância	1.610,07 €	1.536,07 €	3.146,15 €	19.320,88 €	18.432,90 €	37.753,78 €	36.621,16 €	1.132,61 €
Entroncamento	1.610,07 €	1.561,17 €	3.171,24 €	19.320,88 €	18.734,03 €	38.054,91 €	36.913,26 €	1.141,65 €
Ferreira do Zêzere	1.610,07 €	2.258,29 €	3.868,36 €	19.320,88 €	27.099,47 €	46.420,34 €	45.027,73 €	1.392,61 €
Mação	1.610,07 €	2.975,59 €	4.585,66 €	19.320,88 €	35.707,03 €	55.027,91 €	53.377,07 €	1.650,84 €
Ourém	1.610,07 €	5.334,27 €	6.944,34 €	19.320,88 €	64.011,21 €	83.332,09 €	80.832,12 €	2.499,96 €
Sardoal	1.610,07 €	1.661,13 €	3.271,20 €	19.320,88 €	19.933,53 €	39.254,40 €	38.076,77 €	1.177,63 €
Sertã	1.610,07 €	3.158,30 €	4.768,37 €	19.320,88 €	37.899,64 €	57.220,52 €	55.503,90 €	1.716,62 €
Tomar	1.610,07 €	4.390,05 €	6.000,12 €	19.320,88 €	52.680,58 €	72.001,45 €	69.841,41 €	2.160,04 €
Torres Novas	1.610,07 €	3.956,49 €	5.566,56 €	19.320,88 €	47.477,89 €	66.798,77 €	64.794,80 €	2.003,96 €
Vila de Rei	1.610,07 €	1.533,52 €	3.143,60 €	19.320,88 €	18.402,29 €	37.723,17 €	36.591,47 €	1.131,70 €
Vila Nova da Barquinha	1.610,07 €	1.509,68 €	3.119,76 €	19.320,88 €	18.116,20 €	37.437,08 €	36.313,97 €	1.123,11 €
TOTAL	20.930,95 €	37.583,32 €	58.514,27 €	251.171,42 €	450.999,87 €	702.171,28 €	681.106,15 €	21.065,14 €

3.3.3. Comparticipação Financeira dos Projetos / Atividades

Com base nas estimativas dos encargos por Projeto / Atividades indicadas no Anexo I – Fichas de Projeto e Atividades apresenta-se a seguir, o quadro resumo da comparticipação financeira municipal para 2014:

QUADRO RESUMO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PROJECTOS / ACTIVIDADES (MONTANTES A INSCREVER NOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS / 2014)

Município	Afirmação Territorial do Médio Tejo	Riscos Naturais no Médio Tejo - Prevenção e Gestão - Aquisição de EPI	Médio Tejo - Marketing Territorial	Médio Tejo - Empreendedorismo EM REDE	Transporte a Pedido no Médio Tejo	Sistema Integrado de Transporte	Médio Tejo – Gestão Em SIG – Valor Global Operação **	Médio Tejo – Gestão Em SIG – Valor Global outros Projetos ***	PIAL - 2ª Fase
	1.1	1.2	1.3	2.1	4.1.1	4.1.2	4.2	4.2	4.3
Abrantes	3.120,52 €	1.419,83 €	3.534,65 €	2.887,80 €	24.710,18 €	6.956,19 €	6.371,69 €	9.870,60 €	14.399,59 €
Alcanena	1.312,70 €	1.579,05 €	1.486,91 €	1.214,80 €	776,34 €	2.926,24 €	1.587,08 €	4.957,99 €	0,00 €
Constância	881,34 €	1.577,25 €	998,30 €	815,61 €	521,23 €	1.964,65 €	1.161,76 €	2.660,34 €	0,00 €
Entroncamento	895,78 €	1.183,05 €	1.014,66 €	828,98 €	516,10 €	1.996,86 €	651,67 €	3.825,05 €	4.133,57 €
F. do Zêzere	1.295,71 €	1.173,60 €	1.467,67 €	1.199,08 €	766,29 €	2.888,37 €	2.069,20 €	4.911,83 €	0,00 €
Mação	1.707,26 €	946,13 €	1.933,83 €	1.579,93 €	26.030,43 €	3.805,77 €	3.741,84 €	6.030,17 €	0,00 €
Ourém	3.060,65 €	4.813,73 €	3.466,84 €	2.832,39 €	10.578,77 €	6.822,73 €	3.896,70 €	8.582,46 €	14.123,34 €
Sardoal	953,08 €	1.459,73 €	1.079,57 €	882,00 €	17.398,34 €	2.124,59 €	1.262,96 €	3.980,76 €	0,00 €
Sertã	4.871,07 €	0,00 €	2.394,10 €	1.955,97 €	929,36 €	4.711,59 €	7.281,15 €	6.008,92 €	0,00 €
Tomar	2.518,91 €	1.458,90 €	2.853,20 €	2.331,06 €	8.706,32 €	5.615,11 €	3.487,83 €	8.235,79 €	11.623,50 €
Torres Novas	2.325,11 €	2.012,48 €	2.633,68 €	2.151,70 €	1.375,09 €	5.183,07 €	2.834,69 €	6.583,68 €	0,00 €
Vila de Rei	1.926,87 €	0,00 €	1.162,14 €	949,46 €	451,13 €	2.287,09 €	3.499,99 €	3.053,40 €	0,00 €
V N Barquinha	860,29 €	1.377,00 €	974,45 €	796,13 €	2.973,48 €	1.917,73 €	921,78 €	3.728,60 €	0,00 €
CIMT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.318,07 €	0,00 €	0,00 €
Total	25.729,29 €	19.000,75 €	25.000,00 €	20.424,91 €	95.733,06 €	49.199,99 €	44.086,41 €	72.429,60 €	44.280,00 €
Município	GEFOR - Gestão da Formação do Médio Tejo	Médio Tejo Online	Modernização Administrativa - Outros Projetos	QREN - Apoio e Contratualização	Estratégia 2020 - Plano Estratégico do MT 2014-2020	Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	Quota Anual	Valor Global (Total)	
	4.4	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5			
Abrantes	1.296,00 €	10.314,14 €	19.685,36 €	2.650,99 €	1.466,34 €	0,00 €	82.108,78 €	190.792,65 €	
Alcanena	1.296,00 €	4.338,82 €	8.280,98 €	1.115,18 €	616,84 €	*	45.103,69 €	76.592,63 €	
Constância	1.296,00 €	2.913,05 €	5.559,78 €	748,72 €	414,14 €	*	36.621,16 €	58.133,33 €	
Entroncamento	1.296,00 €	2.960,80 €	5.650,92 €	761,00 €	420,93 €	*	36.913,26 €	63.048,63 €	
F. do Zêzere	1.296,00 €	4.282,68 €	8.173,83 €	1.100,75 €	608,86 €	*	45.027,73 €	76.261,61 €	
Mação	1.296,00 €	5.642,93 €	10.769,98 €	1.450,37 €	802,25 €	*	53.377,07 €	119.113,96 €	
Ourém	1.296,00 €	10.116,27 €	19.307,69 €	2.600,13 €	1.438,21 €	0,00 €	80.832,12 €	173.768,04 €	
Sardoal	1.296,00 €	3.150,19 €	6.012,39 €	809,68 €	447,86 €	*	38.076,77 €	78.933,93 €	
Sertã	1.296,00 €	0,00 €	13.333,35 €	1.795,57 €	993,19 €	*	55.503,90 €	101.074,18 €	
Tomar	1.296,00 €	8.325,68 €	15.890,22 €	2.139,90 €	1.183,65 €	*	69.841,41 €	145.507,47 €	
Torres Novas	1.296,00 €	7.685,09 €	14.667,61 €	1.975,26 €	1.092,58 €	*	64.794,80 €	116.610,84 €	
Vila de Rei	1.296,00 €	0,00 €	6.472,25 €	871,60 €	482,11 €	*	36.591,47 €	59.043,52 €	
V N Barquinha	1.296,00 €	2.843,48 €	5.427,00 €	730,84 €	404,25 €	*	36.313,97 €	60.564,99 €	
CIMT	17.007,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	*	0,00 €	22.325,91 €	
Total	33.855,84 €	62.573,13 €	139.231,36 €	18.749,99 €	10.371,21 €	0,00 €	681.106,15 €	1.341.771,69 €	

3.3.4. Comparticipação Global / Anual

Feita a análise dos valores a imputar para a Quotização dos Municípios nas despesas de funcionamento da CIMT, e para a comparticipação Financeira nos Projetos / Atividades propostos, apresenta-se a seguir (tomando por base o “Quadro Resumo”) o valor da comparticipação global anual e por município a inscrever nos respetivos orçamentos.

Município	Quotização Anual	Quotização QREN Anual	Comparticipação Financeira em Programas / Ativ.	Valor Global
Abrantes	82.108,78 €	2.650,99 €	106.032,89 €	190.792,65 €
Alcanena	45.103,69 €	1.115,18 €	30.373,75 €	76.592,63 €
Constância	36.621,16 €	748,72 €	20.763,45 €	58.133,33 €
Entroncamento	36.913,26 €	761,00 €	25.374,37 €	63.048,63 €
F. do Zêzere	45.027,73 €	1.100,75 €	30.133,13 €	76.261,61 €
Mação	53.377,07 €	1.450,37 €	64.286,52 €	119.113,96 €
Ourém	80.832,12 €	2.600,13 €	90.335,79 €	173.768,04 €
Sardoal	38.076,77 €	809,68 €	40.047,47 €	78.933,93 €
Sertã	55.503,90 €	1.795,57 €	43.774,71 €	101.074,18 €
Tomar	69.841,41 €	2.139,90 €	73.526,16 €	145.507,47 €
Torres Novas	64.794,80 €	1.975,26 €	49.840,78 €	116.610,84 €
Vila de Rei	36.591,47 €	871,60 €	21.580,44 €	59.043,52 €
V N Barquinha	36.313,97 €	730,84 €	23.520,18 €	60.564,99 €
CIMT	0,00 €	0,00 €	22.325,91 €	22.325,91 €
Total	681.106,15 €	18.749,99 €	619.589,64 €	1.341.771,69 €

4. ORÇAMENTO

Apresentam-se no Anexo III os documentos previsionais do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, para o ano económico de 2014, que totaliza 3.058.061,00 € (**três milhões, cinquenta e oito mil, e sessenta e um euros**).

5. CONCLUSÃO

Um novo enquadramento está definido para as Comunidades Intermunicipais pela nova Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Assim, orientações importantes estão previstas para as futuras Comunidades Intermunicipais. Prevê-se que estas Comunidades tenham novas competências as quais podem ser delegadas pelos órgãos do Estado e pelos órgãos dos municípios. De acordo com a respetiva lei, essa delegação de

competências concretizar-se-á através da celebração de contratos interadministrativos, entre outras, nas seguintes áreas:

- o planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social,
- a competitividade territorial
- a promoção e valorização dos recursos patrimoniais e naturais
- o empreendedorismo e da criação de emprego
- a mobilidade
- a gestão de infraestruturas urbanas e das respetivas atividades prestacionais
- o planeamento de equipamentos educativos, sociais e desportivos

Por outro lado a Estratégia 2020 vai exigir uma reflexão atempada de modo a que região se adapte às novas metodologias de intervenção do próximo QEC - Quadro Estratégico Comum.

Assim, para além das inúmeras atividades previstas e descritas nas Opções do Plano e Orçamento para 2014, prevê-se que as atividades de preparação correspondentes às mudanças que se verificaram, nomeadamente no que se refere à Estratégia 2020 e à Reforma do Poder Local, sejam igualmente significativas para a CIMT em 2014, esperando-se que as mesmas contribuam para a **aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.**

Tomar, Dezembro de 2013

Elementos de Consulta:

- Médio Tejo - Plano Territorial de Desenvolvimento 2007/2013
- Opções do Plano e Orçamento 2013/ CIMT
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013
- Memorando de Entendimento sobre condicionalismos específicos de política económica – **O Memorando da Troika.**
- Programa do XIX Governo Constitucional



Aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em ____/____/____

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em ____/____/____

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



ANEXO I – FICHAS DE PROJETO E ATIVIDADES

Médio Tejo

FICHA DE PROJETO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO			I
PROJETO	AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO			1.1
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	O objetivo principal do projeto consiste na Afirmação Territorial da região do Médio Tejo , através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo e no aproveitamento das novas tecnologias da informação, e da comunicação como ferramenta e suporte essencial à projeção do Médio Tejo.			
1.1.1 – PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	Esta componente engloba as atividades que permitirão dar a conhecer a existência do Projeto e dos produtos desenvolvidos no seu âmbito. Encontram-se incluídos nesta componente os “Sítios Autárquicos do Médio Tejo” (11 sítios autárquicos e 3 sítios regionais - Portais Regional, do Empreendedor e do Turismo), na medida em que os mesmos se configuram como meios de comunicação indispensáveis à promoção e divulgação da região. Nota: Valor a ser executado em termos de PPI, pelo projeto “Médio Tejo Digital II”.			
1.1.2 – PROMOÇÃO DO TURISMO	A CIMT pretende promover a valorização turística do património e a sustentabilidade dos seus recursos endógenos , fomentando a criação, programação e fruição desses recursos, para viabilizar um desenvolvimento turístico baseado em produtos turísticos qualificados e sustentáveis. Pretende-se assim reforçar a visibilidade do Médio Tejo, e contribuir para a afirmação desta região enquanto destino turístico competitivo. <u>Ações a implementar:</u> - Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Médio Tejo e respetivo Plano de Ação; - Diverso material de promoção turística, entre outro material promocional para divulgação e promoção do projeto, bem como ao nível do marketing territorial da região; - Implementação da Rede de Espaços Virtuais (PACAD - Programa de Animação Científica e Artística Digital); - Certificação HERITY de Bens Culturais			
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			475.027,58 €
	INVESTIMENTO 2014			165.518,17 €
FINANCIAMENTO 2014	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO
				TRANSFERÊNCIAS OE 2013
	FEDER	85%	139.788,88 €	ABRANTES 3.120,52 € ALCANENA 1.312,70 € CONSTÂNCIA 881,34 € ENTRONCAMENTO 895,78 € FERREIRA DO ZÊZERE 1.295,71 € MAÇÃO 1.707,26 € OURÉM 3.060,65 € SARDOAL 953,08 € SERTÃ 4.871,07 € TOMAR 2.518,91 € TORRES NOVAS 2.325,11 € VILA DE REI 1.926,87 € VILA NOVA DA BARQUINHA 860,29 €
	FSE	0%		
	MUNICIPIOS MT	15%	25.729,29 €	
	OUTROS	0%		
TOTAL		165.518,17 €		
OBSERVAÇÕES	A ÚLTIMA REPROGRAMAÇÃO (3.ª) FOI APROVADA A 23.07.2013 PELA AUTORIDADE DE GESTÃO DO MAISCENTRO. A EXECUÇÃO DESTE PROJETO DECORRE ATÉ 30.06.2014.			

FICHA DE PROJECTO

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO			I
PROJECTO	RISCOS NATURAIS NO MÉDIO TEJO – PREVENÇÃO E GESTÃO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA AS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO MÉDIO TEJO			1.2
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>O projeto visa viabilizar a aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil para os corpos de bombeiros e serviços de proteção civil municipal da Região do Médio Tejo, nomeadamente no que se concerne à aquisição de equipamentos de combate a incêndios em espaços naturais.</p> <p>Assim sendo, procura-se dotar 482 elementos dos corpos de bombeiros e serviços de proteção civil municipal, com os seguintes equipamentos de proteção individual necessários ao combate de incêndios em espaços naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 152 Capacetes Florestais - 330 Capuzes de Proteção Florestal (Cógula) - 718 Fatos de Proteção Individual (Calça e Dólmén) - 393 Luvas de Combate a Incêndios Florestais - 366 Botas de Combate a Incêndios Florestais <p>Este projeto ao incidir regionalmente sobre um conjunto de corpos de bombeiros e serviços de proteção civil municipal procura-se contribuir para a melhoria do Sistema Nacional de Proteção Civil e o aumento da sua resiliência, designadamente através do reforço dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do processo de proteção civil, com especial enfoque na prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais.</p> <p>Deste modo, o presente projeto tem como principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dotar 482 elementos do quadro de comando e do quadro de ativo do Corpo de Bombeiros da Região do Médio Tejo com equipamentos de proteção individual; - Criar condições de proteção para o bombeiro no âmbito do exercido da sua atividade, como medida preventiva da sua atuação; - Melhorar o apetrechamento operacional das corporações de bombeiros através do reforço de equipamento de proteção individual, com vista à prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos; - Promover uma gestão racional dos recursos financeiros e económicos, face à concertação que ocorreu entre as várias corporações de bombeiros, uma vez que a análise não foi só ao nível do número de bombeiros mas também teve em consideração as necessidades efetivas no terreno, conforme distribuição de equipamentos referenciada no acordo de parceria. 			2013-2014
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL		253.343,00€	
	INVESTIMENTO 2014		253.343,00 €	
FINANCIAMENTO 2014	4.4. RISCOS NATURAIS NO MÉDIO TEJO – PREVENÇÃO E GESTÃO – AQUISIÇÃO DE EPI			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO
				AFETAÇÃO REAL
	FUNDO DE COESÃO	85%	215.341,55 €	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL TOMAR TORRES NOVAS VILA NOVA DA BARQUINHA
	FSE	0%	000.000,00 €	
	MUNICÍPIOS MT/ CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	7,5%	19.000,73 €	
	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	7,5%	19.000,73 €	
TOTAL		253.343,00 €		
			1.419,83€	
			1.579,05€	
			1.577,25€	
			1.183,05€	
			1.173,60€	
			946,13€	
			4.813,73€	
			1.459,73€	
			1.458,90€	
			2.012,48€	
			1.377,00€	
SERVIÇO RESPONSÁVEL		OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
EP		AGOT		
OBSERVAÇÕES		NO DIA 29 DE JULHO DE 2013 FOI ASSINADO UM PROTOCOLO ENTRE A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, A LIGA DE BOMBEIROS PORTUGUESES E A CIMT PARA ASSEGURAR A BOA EXECUÇÃO DESTE PROJETO SUBMETIDO A CANDIDATURA A CO-FINANCIAMENTO DO FUNDO DE COESÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.		

FICHA DE PROJETO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO			I
PROJETO	MÉDIO TEJO – MARKETING TERRITORIAL			1.3
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	<p>O objetivo principal do projeto consiste no processo de promoção territorial do Médio Tejo, que tem como finalidade última o desenvolvimento local, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território no seu conjunto, com enfoque nas vertentes da promoção do sector do Turismo e da Atividade Empresarial, por forma a potenciar o desenvolvimento socioeconómico da região.</p> <p>A mobilização dos recursos, divulgando as especificidades do território, e difundindo as suas principais potencialidades, pretende igualmente tirar partido dos trabalhos desenvolvidos no projeto intermunicipal “Afirmção Territorial do Médio Tejo”, de modo que esta região se afirme como região competitiva, nomeadamente no contexto das regiões europeias.</p>			
AÇÃO	<p>Esta componente engloba o planeamento, desenvolvimento e execução de ações ao nível do marketing territorial, enquanto processo de promoção territorial da região do Médio Tejo.</p> <p>Entre as atividades previstas incluem-se, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização e participação em eventos nacionais e internacionais - Elaboração e difusão de material promocional - Participação em redes nacionais e internacionais - Divulgação e promoção da região nos meios de comunicação social - Valorização da identidade do Médio Tejo e das especificidades locais 			
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			50.000,00€
	INVESTIMENTO 2014			50.000,00€
FINANCIAMENTO 2014	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO
				TRANSFERÊNCIAS OE 2013
	FEDER	0%		ABRANTES 3.534,65€
	FSE	0%		ALCANENA 1.486,91€
	MUNICIPIOS MT	50%	25.000,00€	CONSTÂNCIA 998,30€
	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO	50%	25.000,00€	ENTRONCAMENTO 1.014,66€
	TOTAL		50.000,00€	FERREIRA DO ZÊZERE 1.467,67€
			MAÇÃO 1.933,83€	
			OURÉM 3.466,84€	
			SARDOAL 1.079,57€	
			SERTÃ 2.394,10€	
			TOMAR 2.853,20€	
			TORRES NOVAS 2.633,68€	
			VILA DE REI 1.162,14€	
			VILA NOVA DA BARQUINHA 974,45€	
OBSERVAÇÕES	<p>PREVÊ-SE QUE A COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO VALOR DE INVESTIMENTO DO PROJETO - 50.000,00 EUROS - SEJA REPARTIDA DA SEGUINTE FORMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 50% - ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO - 50% - CÂMARAS MUNICIPAIS MT 			

FICHA DE PROJETO					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INCORPORAR O VALOR NA ATIVIDADE EMPRESARIAL			II	
PROJETO	MÉDIO TEJO – EMPREENDEDORISMO EM REDE			2.1	
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	O projeto tem como objetivo a implementação de ações suportadas em rede de parceria no território do Médio Tejo com vista à promoção do empreendedorismo, através da criação na região de um ecossistema empreendedor, da promoção do empreendedorismo nos públicos em idade escolar e da facilitação do acesso à criação de empresas e emprego.				
AÇÃO 1	Pretende-se o desenvolvimento das seguintes iniciativas: - Elaboração do Plano de Ação Territorial - Coordenação, Monitorização, Acompanhamento e avaliação				
AÇÃO 2	Pretende-se o desenvolvimento das seguintes iniciativas: - Materiais de suporte à divulgação do projeto - Assistência Técnica Especializada (apoio à criação de empresas) - Empreendedorismo nas escolas e capacitação de professores				
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			251.708,56€	
	INVESTIMENTO 2014			136.166,06€	
FINANCIAMENTO 2014	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
				TRANSFERÊNCIAS OE 2013	
	FEDER	85%	115.741,16€	ABRANTES	2.887,80€
	FSE	0%		ALCANENA	1.214,80€
	MUNICIPIOS MT	15%	20.424,91€	CONSTÂNCIA	815,61€
				ENTRONCAMENTO	828,98€
	OUTROS	0%		FERREIRA DO ZÊZERE	1.199,08€
MAÇÃO				1.579,93€	
TOTAL		136.166,06€	OURÉM	2.832,39€	
			SARDOAL	882€	
			SERTÃ	1.955,97€	
			TOMAR	2.331,06€	
			TORRES NOVAS	2.151,70€	
			VILA DE REI	949,46€	
			VILA NOVA DA BARQUINHA	796,13€	
OBSERVAÇÕES	O INVESTIMENTO PREVISTO PARA 2014 ESTÁ DEPENDENTE DA APROVAÇÃO, POR PARTE DA AUTORIDADE DE GESTÃO DO MAISCENTRO, DA SEGUNDA REPROGRAMAÇÃO DA OPERAÇÃO, COM VISTA À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OPERAÇÃO ATÉ 30.06.2014.				

FICHA DE PROJECTO				
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A COESÃO E A QUALIDADE DE VIDA			III
PROJECTO	REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO			3.1
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>No sentido, de aproveitar a Iniciativa Jessica, uma iniciativa comunitária que permite aos Estados Membros da União Europeia a utilização de verbas disponíveis no âmbito dos Fundos Estruturais, designadamente FEDER, para a criação de Fundos de Desenvolvimento Urbano, será desenvolvido um projeto destinado a apoiar operações sustentáveis de reabilitação urbana. Nestes fundos deverão participar organismos públicos nacionais mas também instituições privadas, em regime de parceria. Assim, a CIMT procurará, numa primeira fase, desenvolver um estudo no sentido de equacionar quais as oportunidades existentes nos municípios do Médio Tejo no âmbito da regeneração e reabilitação urbana, para depois avaliar a constituição de um Fundo Imobiliário no sentido de desenvolver uma política de Desenvolvimento Urbano Integrado, nomeadamente nos Centros Históricos das Vilas e Cidades do Médio Tejo.</p>			2013-2014
ESTUDO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE MOBILIZAÇÃO, PELOS MUNICÍPIOS, DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA NO DOMÍNIO DA REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA.	<p>Realização de um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, com vista à análise da viabilidade sobre a constituição de um Fundo Imobiliário dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Este estudo tem como objetivos:</p> <p>a) Levantar e sistematizar os principais projetos e intenções de investimento previstos e programados para os diversos concelhos da região no domínio da regeneração e reabilitação urbana e respetivo encaixe nos instrumentos de política pública, devendo merecer particular relevo os instrumentos do QREN, os diversos instrumentos financeiros definidos na iniciativa JESSICA e os principais incentivos fiscais e processuais no domínio da regeneração e reabilitação urbana;</p> <p>b) Levantamento dos principais ativos imobiliários (terrenos, edifícios e outras construções), propriedade dos municípios, que sejam passíveis de mobilização no âmbito da constituição ou integração de um Fundo de Investimento Imobiliário;</p> <p>c) Desenho das grandes alternativas de desenvolvimento de um Fundo de Investimento Imobiliário a constituir nomeadamente no que respeita aos objetivos, natureza das operações a desenvolver e características do património a envolver.</p>			2013-2014
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			92.188,50€
	INVESTIMENTO 2014			46.063,50 €
FINANCIAMENTO 2013	1.4 REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO
				TRANSFERÊNCIAS OE
	FEDER	0%	000.000,00 €	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL SERTÃ TOMAR TORRES NOVAS VILA DE REI VILA NOVA DA BARQUINHA
	FSE	0%	000.000,00 €	
	MUNICIPIOS MT	100%	46.063,50 €	
OUTROS	0%	000.000,00 €		
TOTAL		46.063,00 €		
			6.512,73€ 2.739,69€ 1.839,41€ 1.869,56€ 2.704,24€ 3.563,16€ 6.387,79€ 1.989,15€ 4.411,22€ 5.257,14€ 4.852,65€ 2.141,29€ 1.795,48€	
SERVIÇO RESPONSÁVEL		OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
EP				
OBSERVAÇÕES				

FICHA DE PROJETO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA	IV
PROJETO	MELHORIA DA MOBILIDADE	4.1
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Abordagem integrada das questões da Mobilidade e apostada numa estratégia regional, dando sequência ao trabalho já desenvolvido no Médio Tejo neste domínio e implementando propostas estruturadas no âmbito do Estudo da Rede de Transportes realizado em 2011-2013.</p> <p>Com suporte no enquadramento legal previsto no Regulamento CE N.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, e nas orientações do Estado Português, no âmbito dos contratos de serviço público de transportes, pretende-se alcançar a necessária capacitação institucional com vista à estruturação de um sistema de transportes eficiente no Médio Tejo, que assegure as necessárias ligações intermunicipais e promova a intermodalidade entre os vários serviços de transporte.</p> <p>O projeto pressupõe o envolvimento dos atores locais que influenciam a oferta e a procura do sistema de transportes, permitindo assegurar um consenso alargado em torno dos problemas, objetivos e soluções que contribuam para a melhoria das condições de transporte e para uma mobilidade mais sustentável na região.</p> <p>As iniciativas a desenvolver incidem sobre a articulação ao nível regional da informação sobre a rede viária e o sistema de transportes, potenciando o conhecimento transversal de boas práticas e problemas, apoio na gestão e racionalização de meios no que se refere aos serviços de transporte escolar, transporte de carácter social e outros que se considerem de interesse, coordenação ao nível regional dos serviços de transporte a pedido e outras iniciativas com vista à qualificação do sistema de transportes no Médio Tejo.</p>	2008-2014
4.1.1 TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO	<p>Prevê-se a continuidade e desenvolvimento do projeto piloto enquadrado pelo Despacho 7575/2012 publicado no DR n.º 107 de 1 de junho de 2012, e que teve suporte na candidatura POVT-15-0142-FEDER-000005 – “Transporte a Pedido no Médio Tejo – Arranque.</p> <p>O objetivo fundamental assenta no estudo, avaliação e definição de soluções de transporte flexíveis, no sentido de encontrar novas formas de organização dos serviços de transportes, que respondam de forma mais adequada às necessidades das populações e com menores custos.</p> <p>Os serviços de transporte a disponibilizar visam aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando oferta em área, períodos do dia e do ano onde esta não existe ou é deficitária, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade numa lógica de inclusão social.</p> <p>Para o ano de 2014 prevê-se a continuidade do serviço de transporte a pedido no concelho de Mação e alargamento a outras áreas do Médio Tejo que padecem de problemas análogos de carência de oferta de serviços de transporte público e populações em risco de exclusão, considerando também as questões relativas à sustentabilidade do serviço no que se refere à rentabilização de recursos. Conforme estudo técnico desenvolvido, o alargamento, nesta fase, incidirá sobre o concelho de Sardoal e sobre a zona norte do concelho de Abrantes.</p> <p>No contexto da gestão operacional e monitorização do serviço de transporte a pedido, prevê-se o desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma tecnológica de apoio (comparticipação do preço do bilhete aos clientes com dificuldades económicas, descontos de quantidade e/ou ida e volta, mapeamento das rotas nas consolas de bordo, entre outros).</p> <p>Ainda, prevê-se a realização de estudo técnico de desenho do serviço de transporte a pedido para alargamento aos concelhos de Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha, conforme faseamento previsto no Estudo da Rede de Transportes. Este sub-projeto está contemplado em candidatura apresentada às linhas de apoio do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, cuja decisão ainda se aguarda.</p>	
4.1.2 SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES	<p>O sub-projeto Sistema Integrado de Transportes tem como objetivo fundamental dar sequência às questões de desenvolvimento prioritário identificadas nos estudos desenvolvidos e a desenvolver no âmbito do projeto, para dar suporte ao novo enquadramento legal previsto no Regulamento CE N.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, e às orientações do Estado Português, no âmbito dos contratos de serviço público de transportes, incluindo as tarefas previstas no âmbito do Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria de Estado dos Transportes, do Instituto de Mobilidade e Transporte Terrestres e da CIMT, conforme Despacho 7347/2011 publicado no DR n.º 95 de 17 de Maio de 2011.</p> <p>No que se refere à implementação das propostas vertidas no Estudo da Rede de Transportes, para o ano de 2014, prevê-se o desenvolvimento das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um Pacto da Mobilidade, envolvendo os principais atores que influenciam a oferta e a procura do sistema de transportes no Médio Tejo, o qual permita manter a informação atualizada e assegurar um consenso alargado em torno dos problemas, objetivos e soluções que contribuam para a melhoria das condições de transporte e para uma mobilidade mais sustentável; • Estruturação de um Observatório da Mobilidade, com o objetivo de assegurar a monitorização da evolução das condições de mobilidade na região. Trata-se de uma estrutura para recolher e analisar, de forma sistemática, a 	

	<p>informação sobre as principais dinâmicas de mobilidade e acessibilidade e disseminar a informação resultante, avaliar de modo quantitativo os principais impactes do sector dos transportes e avaliar o nível de sucesso das medidas e ações que vão sendo implementadas ao longo do tempo;</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e implementação de plataforma de gestão intermunicipal de transportes, tirando partido da informação já recolhida e ferramentas SIG existentes, que permita apoiar a gestão dos transportes e cruzar informação ao nível regional de modo a inferir indicadores, custos, boas práticas e otimizar soluções. Poderá incluir funcionalidade de otimização de soluções de transporte escolar a partir do carregamento das necessidades de transporte; Desenvolvimento de Planos de Mobilidade/Planos de Ação específicos, como Planos de Mobilidade para Grandes Geradores (Hospitais, Estabelecimentos de Ensino Superior e Profissional, Zonas Empresarias), e Plano de Mobilidade dedicado aos Modos Suaves (levantamento das medidas dirigidas aos modos suaves já implementadas ao nível municipal, estudo para implementação de rede estruturante de percursos pedonais e percursos cicláveis, equipar interfaces de transporte com lugares para estacionamento de bicicletas; Implementar sinalética de informação para modos suaves; promover lugares de guarda de bicicletas em edifícios públicos; analisar a pertinência de implementação de sistemas de bikesharing nas cidades, e demais medidas de promoção da mobilidade sustentável e melhoria da eficiência energética). Início das análises com vista à criação do bilhete único no Médio Tejo, que inclui o levantamento dos sistemas de bilhética existentes nos diversos operadores, a avaliação da sua compatibilidade e das necessidades de investimento que promovam a migração para sistemas compatíveis. Identificação das perspetivas dos operadores sobre a implementação de títulos combinados e intermodais e recolha de dados que permitam uma correta avaliação dos impactos associados a alterações do modelo tarifário. Explorar formas de produção de títulos combinados (por exemplo Transporte a Pedido, Transportes Interurbanos, Transportes Urbanos, Equipamentos públicos). <p>Ainda, e na sequência dos trabalhos realizados de levantamento georreferenciado da rede viária, deverá ser equacionada metodologia para monitorização contínua do estado de conservação das vias, promoção da segurança rodoviária, combate à sinistralidade e definição de estratégia concertadas de intervenção na rede viária.</p>				
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			751.271,04€	
	INVESTIMENTO 2014			152.413,74 €	
FINANCIAMENTO 2014	4.1.1 TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO				
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
				OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE A PEDIDO	REAL, PARA OS MUNICIPIOS ABRANGIDOS
				ESTUDO PARA PROPOSTA DE ALARGAMENTO DO TRANSPORTE A PEDIDO AOS CONCELHOS DE OURÉM, TOMAR E VNB	TRANSFERÊNCIAS OE, PARA OS MUNICIPIOS ABRANGIDOS
				PLATAFORMA TECNOLÓGICA TRANSPORTE A PEDIDO – NOVAS FUNCIONALIDADES	TRANSFERÊNCIAS OE
	FEDER	7,25%	7.480,68€	ABRANTES	24.710,18€
	FSE			ALCANENA	776,34€
				CONSTÂNCIA	521,23€
	MUNICIPIOS MT	92,75%	95.733,06€	ENTRONCAMENTO	516,10€
				FERREIRA DO ZÊZERE	766,29€
OUTROS (IMTT)			MAÇÃO	26.030,43€	
			OURÉM	10.578,77€	
TOTAL		103.213,74 €	SARDOAL	17.398,34€	
			SERTÃ	929,36€	
			TOMAR	8.706,32€	
			TORRES NOVAS	1.375,09€	
			VILA DE REI	451,13€	
			VILA NOVA DA BARQUINHA	2.973,48€	
SERVIÇO RESPONSÁVEL			OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
GE			AMNT/AGOT		
OBSERVAÇÕES			AGUARDA-SE DECISÃO DA CANDIDATURA APRESENTADA ÀS LINHAS DE APOIO DO INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, PARA FINANCIAMENTO DE 50% DA CONTRAPARTIDA NACIONAL.		
FINANCIAMENTO 2014	4.1.2 SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES				
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
	FONTES DE FINANCIAMENTO			TRANSFERÊNCIAS DO OE	
	FEDER			ABRANTES	6.956,19€
	FSE			ALCANENA	2.926,24€
CONSTÂNCIA				1.964,65€	
			ENTRONCAMENTO	1.996,86€	
			FERREIRA DO ZÊZERE	2.888,37€	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



	MUNICIPIOS MT	100%	49.200,00€	MAÇÃO	3.805,77€
	OUTROS (IMTT)			OURÉM	6.822,73€
	TOTAL		49.200,00 €	SARDOAL	2.124,59€
				SERTÃ	4.711,59€
				TOMAR	5.615,11€
				TORRES NOVAS	5.183,07€
				VILA DE REI	2.287,09€
				VILA NOVA DA	1.917,73€
SERVIÇO RESPONSÁVEL			OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
GE			AMNT/AGOT		
OBSERVAÇÕES			PERSPETIVA-SE A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA CO-FINANCIAMENTO DE ALGUMAS AÇÕES PREVISTAS NO ÂMBITO DESTES SUB-PROJETOS.		

FICHA DE PROJECTO		
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA	IV
PROJECTO	GSIG – MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG	4.2
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Desenvolver uma ação coordenada na área dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) tendo em vista a produção de informação de base necessária à melhoria das condições para tomada de decisão, assim como contribuir de forma pró-ativa para a divulgação e promoção da região.</p> <p>Os Municípios do Médio Tejo e CIMT, no exercício das competências que lhes estão atribuídas, no âmbito dos serviços prestados ao Municípios e às empresas necessitam de ferramentas, informação e conhecimentos que lhes permitam uma maior eficiência, flexibilidade, desmaterialização de procedimentos, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços públicos.</p> <p>A principal função da base cartográfica é auxiliar no planeamento, gestão e ordenamento do território, é sobre esta que será possível efetuar todos os estudos e levantamentos de informação sobre o território.</p> <p>Os Sistemas de Informação Geográfica são uma ferramenta que permite armazenar, analisar, visualizar, inquirir e manipular grande quantidade de informação geográfica, tornando-se assim de vital importância o uso de ferramentas computacionais e plataformas apropriadas.</p> <p>Proceder à divulgação de informação geográfica Online (intranet e internet).</p> <p>Proceder à caracterização do levantamento já levado a cabo na CIMT, e recolha de novos conteúdos georreferenciados e respetivo tratamento, análise e inserção em ambiente SIG.</p> <p>O conhecimento do território e o que nele está implementado, é essencial para conhecer a sua realidade; na região os levantamentos têm sido realizados a nível supramunicipal no sentido de proporcionar uma tomada de decisão a nível regional mais coesa, mais competitiva e sustentável.</p>	2005-2018
4.2.1 EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS 2K	<p>Pretende-se dotar os Municípios de informação geográfica de base de grande escala, para aglomerados urbanos dos Municípios integrantes, para apoio na tomada de decisão no âmbito da caracterização e gestão do ambiente urbano.</p> <p>A execução desta cartografia e ortofotos 2K, encontra-se ao abrigo de um protocolo com o então Instituto Geográfico Português (IGP) atual Direção Geral do território (DGT), com vista à sua homologação, pelo que, as metodologias de execução e processos de controlo de qualidade efetuado na CIMT (Informático) e por prestação de serviço externo (Posicional - validação planimétrica e altimétrica), seguem as metodologias definida pelo IGP.</p>	
4.2.2 ACTUALIZAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DE CARTOGRAFIA 10K	<p>Tendo em conta a desatualização das folhas que integram a SCN10K, (voo de 1999, trabalhos de campo desde 2000 a 2003), que cobrem a área de abrangência da CIMT, pretende-se efetuar a atualização e retificação das mesmas de acordo com as metodologias definidas pela DGT.</p> <p>No sentido de apoiar o controlo de qualidade foram adquiridos ortofotomapas à DGT.</p> <p>Tal como no projeto 2.2.1, também esta será para efeitos de homologação por parte da DTG. Contudo esta não está ao abrigo de protocolo para além dos procedimentos necessários para o controlo de qualidade, será também necessário contemplar a componente de homologação.</p> <p>Deste modo, dotar-se-ão os Municípios e CIMT de informação geográfica de base de escala “média”, atualizada, essencial às análises territoriais e elaboração de Planos de Ordenamento do Território, de âmbito Municipal e Regional, para apoio à tomada de decisão.</p>	
4.2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 - (SIT 2) 1ª FASE	<p>Tem como objetivo consolidar e reforçar o apetrechamento técnico e tecnológico (equipamento informático e software) dos Gabinetes de Sistemas de Informação Geográfica dos Municípios e CIMT, no sentido do acompanhamento dos projetos inseridos na candidatura “Médio Tejo Gestão em SIG”, designadamente: plataforma SIG e execução de cartografia 2K e 10K.</p>	
GESTÃO E CONTROLO	<p>Acompanhamento físico (controlo de qualidade das componentes da Operação) e financeiro do projeto pela Estrutura Técnica (envolvimento de 5 Técnicos da Unidade Orgânica Área de Gestão e Ordenamento do Território - AGOT).</p>	
4.2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 (SIT 2) 2ª FASE	<p>Na continuidade do projeto SIT 2 – 1ª fase, numa contínua e concertada caracterização e gestão do território, pretende-se, no âmbito de outros projetos desenvolvidos nos Municípios e CIMT, aceder a novas tecnologias de tratamento e integração da informação. Nesse sentido, é intenção da CIMT consolidar e reforçar o apetrechamento técnico e tecnológico (equipamento informático e software) dos Gabinetes de Sistemas de Informação Geográfica existentes nos diversos Municípios e CIMT, de forma a acompanhar o desenvolvimento dos projetos considerados no ponto 2.2.5 - outros projetos.</p>	

<p>4.2.5 MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG OUTROS PROJETOS</p>	<p>No seguimento do desenvolvimento dos restantes projetos de Gestão em SIG, torna-se premente considerar a constante atualização da informação geográfica já recolhida e disponível online, nomeadamente pela caracterização dos conteúdos já georreferenciados, reforçando assim de forma efetiva em dados e áreas temáticas a base de dados do SIG dos Municípios e CIMT, possibilitando a melhoria das análises espaciais, mediante um melhor conhecimento do território, potenciando uma maior coesão, sustentabilidade e potenciar as mais-valias do território.</p> <p>Para além da informação de base das cartografias e dos levantamentos dos conteúdos é pertinente o levantamento de informação cadastral uma vez que esta informação é estratégica e estrutural.</p> <p>Será ainda de relevância considerar projetos de desenvolvimento de interesse intermunicipal, em diversas matérias como por exemplo no âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> * do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; * da proteção civil e segurança; * de gestão ambiental; * da gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto e de lazer; * de outros equipamentos públicos; * das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas; residuais e resíduos urbanos <p>para uma boa prossecução da Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.</p> <p>Foi apresentada candidatura em concertação com a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) no âmbito de Estudos e instrumentos destinados a suprir as lacunas existentes, tanto na área da proteção civil como na identificação, de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território, mais concretamente - Produção de cartografia temática de riscos, de apoio ao planeamento de emergência.</p>																																																												
<p>PROJETO GPS</p>	<p>Foram instaladas 2 estações de referência permanentes GPS/GNSS, de observação contínua, que difundem observações no Sistema de Referência ETRS89, para posicionamento em tempo-real, utilizando a técnica RTK, ou para pós-processamento com ficheiros RINEX; Integradas na RENEP - Rede Nacional de Estações Permanentes (IGP).</p> <p>No presente existem custos associados em manter o sistema operacional (linhas analógicas, router e ADSL), este serviço disponibiliza aos utilizadores (em geral) de equipamentos GPS dados que facultam a determinação de coordenadas geográficas com precisão melhor que 10 cm. Existem ainda os custos associados às comunicações, sendo que estes se reportam à utilização dos equipamentos GPS pelos Municípios e CIMT.</p> <p>No que respeita ao sistema está-se a aguardar análise da DGT, no sentido de recolocar as estações, sendo que com essa operação os encargos do sistema ficaram sobre a alçada da DGT, ficando unicamente da responsabilidade da CIMT e Municípios os custos inerentes às comunicações.</p>																																																												
<p>INVESTIMENTO</p>	<p>INVESTIMENTO TOTAL</p>	<p>2.926.242,03 €</p>																																																											
<p></p>	<p>INVESTIMENTO 2014</p>	<p>417.359,40 €</p>																																																											
<p>FINANCIAMENTO 2014</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4" data-bbox="403 1305 1487 1373">MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OPERAÇÃO (4.2.1, 4.2.2, 4.2.3.)</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="403 1384 667 1485">FONTES DE FINANCIAMENTO</th> <th colspan="2" data-bbox="675 1384 1487 1417">CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="403 1429 667 1485"></th> <th colspan="2" data-bbox="675 1429 1487 1485">DE ACORDO COM CADA PROJETO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="403 1496 563 1552">FEDER</td> <td data-bbox="571 1496 667 1552">85%</td> <td data-bbox="675 1496 874 1552">249.822,99 €</td> <td data-bbox="882 1496 1487 1552"> <table border="1"> <tr><td>ABRANTES</td><td>6.371,69 €</td></tr> <tr><td>ALCANENA</td><td>1.587,08 €</td></tr> <tr><td>CONSTÂNCIA</td><td>1.161,76 €</td></tr> <tr><td>ENTRONCAMENTO</td><td>651,67 €</td></tr> <tr><td>FERREIRA DO ZÊZERE</td><td>2.069,20 €</td></tr> <tr><td>MAÇÃO</td><td>3.741,84 €</td></tr> <tr><td>OURÉM</td><td>3.896,70 €</td></tr> <tr><td>SARDOAL</td><td>1.262,96 €</td></tr> <tr><td>SERTÃ</td><td>7.281,15 €</td></tr> <tr><td>TOMAR</td><td>3.487,83 €</td></tr> <tr><td>TORRES NOVAS</td><td>2.834,69 €</td></tr> <tr><td>VILA DE REI</td><td>3.499,99 €</td></tr> <tr><td>VILA NOVA DA BARQUINHA</td><td>921,78 €</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="403 1563 563 1619">FSE</td> <td data-bbox="571 1563 667 1619">0%</td> <td data-bbox="675 1563 874 1619">000.000,00 €</td> <td data-bbox="882 1563 1487 1619"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="403 1630 563 1686">MUNICIPIOS MT</td> <td data-bbox="571 1630 667 1686">13,19% 13,19%</td> <td data-bbox="675 1630 874 1686">38.768,34 € 38.768,34 €</td> <td data-bbox="882 1630 1487 1686"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="403 1697 563 1753">CIMT</td> <td data-bbox="571 1697 667 1753">1,81%</td> <td data-bbox="675 1697 874 1753">5.318,07 € 5.318,07 €</td> <td data-bbox="882 1697 1487 1753"></td> </tr> <tr> <td colspan="2" data-bbox="403 1765 667 1821">TOTAL</td> <td data-bbox="675 1765 874 1821">293.909,40 €</td> <td data-bbox="882 1765 1487 1821"></td> </tr> </tbody> </table>			MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OPERAÇÃO (4.2.1, 4.2.2, 4.2.3.)				FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO				DE ACORDO COM CADA PROJETO		FEDER	85%	249.822,99 €	<table border="1"> <tr><td>ABRANTES</td><td>6.371,69 €</td></tr> <tr><td>ALCANENA</td><td>1.587,08 €</td></tr> <tr><td>CONSTÂNCIA</td><td>1.161,76 €</td></tr> <tr><td>ENTRONCAMENTO</td><td>651,67 €</td></tr> <tr><td>FERREIRA DO ZÊZERE</td><td>2.069,20 €</td></tr> <tr><td>MAÇÃO</td><td>3.741,84 €</td></tr> <tr><td>OURÉM</td><td>3.896,70 €</td></tr> <tr><td>SARDOAL</td><td>1.262,96 €</td></tr> <tr><td>SERTÃ</td><td>7.281,15 €</td></tr> <tr><td>TOMAR</td><td>3.487,83 €</td></tr> <tr><td>TORRES NOVAS</td><td>2.834,69 €</td></tr> <tr><td>VILA DE REI</td><td>3.499,99 €</td></tr> <tr><td>VILA NOVA DA BARQUINHA</td><td>921,78 €</td></tr> </table>	ABRANTES	6.371,69 €	ALCANENA	1.587,08 €	CONSTÂNCIA	1.161,76 €	ENTRONCAMENTO	651,67 €	FERREIRA DO ZÊZERE	2.069,20 €	MAÇÃO	3.741,84 €	OURÉM	3.896,70 €	SARDOAL	1.262,96 €	SERTÃ	7.281,15 €	TOMAR	3.487,83 €	TORRES NOVAS	2.834,69 €	VILA DE REI	3.499,99 €	VILA NOVA DA BARQUINHA	921,78 €	FSE	0%	000.000,00 €		MUNICIPIOS MT	13,19% 13,19%	38.768,34 € 38.768,34 €		CIMT	1,81%	5.318,07 € 5.318,07 €		TOTAL		293.909,40 €	
MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OPERAÇÃO (4.2.1, 4.2.2, 4.2.3.)																																																													
FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO																																																											
		DE ACORDO COM CADA PROJETO																																																											
FEDER	85%	249.822,99 €	<table border="1"> <tr><td>ABRANTES</td><td>6.371,69 €</td></tr> <tr><td>ALCANENA</td><td>1.587,08 €</td></tr> <tr><td>CONSTÂNCIA</td><td>1.161,76 €</td></tr> <tr><td>ENTRONCAMENTO</td><td>651,67 €</td></tr> <tr><td>FERREIRA DO ZÊZERE</td><td>2.069,20 €</td></tr> <tr><td>MAÇÃO</td><td>3.741,84 €</td></tr> <tr><td>OURÉM</td><td>3.896,70 €</td></tr> <tr><td>SARDOAL</td><td>1.262,96 €</td></tr> <tr><td>SERTÃ</td><td>7.281,15 €</td></tr> <tr><td>TOMAR</td><td>3.487,83 €</td></tr> <tr><td>TORRES NOVAS</td><td>2.834,69 €</td></tr> <tr><td>VILA DE REI</td><td>3.499,99 €</td></tr> <tr><td>VILA NOVA DA BARQUINHA</td><td>921,78 €</td></tr> </table>	ABRANTES	6.371,69 €	ALCANENA	1.587,08 €	CONSTÂNCIA	1.161,76 €	ENTRONCAMENTO	651,67 €	FERREIRA DO ZÊZERE	2.069,20 €	MAÇÃO	3.741,84 €	OURÉM	3.896,70 €	SARDOAL	1.262,96 €	SERTÃ	7.281,15 €	TOMAR	3.487,83 €	TORRES NOVAS	2.834,69 €	VILA DE REI	3.499,99 €	VILA NOVA DA BARQUINHA	921,78 €																																
ABRANTES	6.371,69 €																																																												
ALCANENA	1.587,08 €																																																												
CONSTÂNCIA	1.161,76 €																																																												
ENTRONCAMENTO	651,67 €																																																												
FERREIRA DO ZÊZERE	2.069,20 €																																																												
MAÇÃO	3.741,84 €																																																												
OURÉM	3.896,70 €																																																												
SARDOAL	1.262,96 €																																																												
SERTÃ	7.281,15 €																																																												
TOMAR	3.487,83 €																																																												
TORRES NOVAS	2.834,69 €																																																												
VILA DE REI	3.499,99 €																																																												
VILA NOVA DA BARQUINHA	921,78 €																																																												
FSE	0%	000.000,00 €																																																											
MUNICIPIOS MT	13,19% 13,19%	38.768,34 € 38.768,34 €																																																											
CIMT	1,81%	5.318,07 € 5.318,07 €																																																											
TOTAL		293.909,40 €																																																											
<p>OBSERVAÇÕES</p>	<p>Valores dos Projetos inseridos no âmbito da Candidatura “Médio Tejo – Gestão em SIG”. Em virtude do acerto de taxa de financiamento de 80% para 85% na operação Médio Tejo – Gestão em SIG, os devidos acertos serão refletidos nas notas de débito a remeter aos Municípios, pelo que os montantes resultantes do acerto serão assumidos pela CIMT.</p>																																																												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4" data-bbox="403 1921 1487 1989">MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR POR PROJETO DA OPERAÇÃO</th> </tr> <tr> <th colspan="4" data-bbox="403 2000 1487 2045">4.2.1 EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS 2K</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="403 2056 667 2078">FONTES DE</th> <th colspan="2" data-bbox="675 2056 1487 2078">CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO</th> </tr> </thead> </table>			MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR POR PROJETO DA OPERAÇÃO				4.2.1 EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS 2K				FONTES DE		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO																																															
MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR POR PROJETO DA OPERAÇÃO																																																													
4.2.1 EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS 2K																																																													
FONTES DE		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO																																																											

FINANCIAMENTO 2014	FINANCIAMENTO		CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS – (CONTRATO BASE + 1º E 2º ADICIONAL)		ÁREA A EXECUTAR
	FEDER	85%	30.841,09 €	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL SERTÃ TOMAR TORRES NOVAS VILA DE REI VILA NOVA DA BARQUINHA	1.246,36 €
	FSE	0,00%	000.000,00 €		454,37 €
	MUNICIPIOS MT	0,34%	124,47 €		281,59 €
	CIMT	14,66%	5.318,07 €		204,35 €
	TOTAL		36.283,64 €		889,33 €
					788,31 €
			0,00 €		
			296,16 €		
			0,00 €		
			702,89 €		
			351,19 €		
			124,47 €		
			103,52 €		
O valor inerente ao presente projeto esteve inicialmente inserido no projeto MTD; para dar continuidade ao MTD foi solicitado adiantamento do montante inerente aos projetos, desta forma foram emitidas, as correspondentes notas de débito, tendo os Municípios efetuado o respetivo pagamento. As respetivas deduções/acertos foram realizados oportunamente na execução da operação.					
4.2.2 ACTUALIZAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DE CARTOGRAFIA 10K					
FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO			
		CARTOGRAFIA e ORTO (fotografia aérea só para Sertã e Vila de Rei)			ÁREA DO MUNICÍPIO
		CONTROLO DE QUALIDADE + HOMOLOGAÇÃO			EQUITATIVO
FEDER	85,00%	200.324,40 €	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL SERTÃ TOMAR TORRES NOVAS VILA DE REI VILA NOVA DA BARQUINHA	5.906,18 €	
FSE	0,00%	000.000,00 €		1.391,25 €	
MUNICIPIOS MT	15,00%	35.351,37 €		1.030,28 €	
TOTAL		235.675,77 €		518,03 €	
				1.875,91 €	
				3.487,16 €	
				3.440,12 €	
			1.120,79 €		
			6.965,85 €		
			3.112,06 €		
			2.487,84 €		
			3.222,46 €		
			793,44 €		
4.2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 (SIT 2) – 1ª FASE					
FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO			
		SOFTWARE E HARDWARE			TRANSFERÊNCIAS DO OE (valor correspondente à CIMT)
FEDER	85,00%	18.657,50 €	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL SERTÃ TOMAR TORRES NOVAS VILA DE REI VILA NOVA DA BARQUINHA	465,51 €	
FSE	0,00%	000.000,00 €		195,83 €	
MUNICIPIOS MT	15,00%	3.292,50 €		131,48 €	
OUTROS	0,00%	000.000,00 €		133,63 €	
TOTAL		21.950,00 €		193,29 €	
				254,69 €	
				456,58 €	
			142,18 €		
			315,30 €		
			375,77 €		
			346,86 €		
			153,05 €		
			128,34 €		
MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OUTROS PROJETOS (4.2.4, 4.2.5, GPS)					
FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO			
		DE ACORDO COM CADA PROJETO			

FEDER	0,00%	000.000,00 €	ABRANTES	9.870,60 €
FUNDO COESÃO	41,33%	51.020,40 €	ALCANENA	4.957,99 €
MUNICIPIOS MT	58,67%	72.429,60 € 172.429,60€	CONSTÂNCIA	2.660,34 €
OUTROS	0,00%	000.000,00 €	ENTRONCAMENTO	3.825,05 €
TOTAL		123.450,00€	FERREIRA DO ZÊZERE	4.911,83 €
			MAÇÃO	6.030,17 €
			OURÉM	8.582,46 €
			SARDOAL	3.980,76 €
			SERTÃ	6.008,92 €
			TOMAR	8.235,79 €
			TORRES NOVAS	6.583,68 €
			VILA DE REI	3.053,40 €
			VILA NOVA DA BARQUINHA	3.728,60 €
MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - OUTROS PROJETOS - VALOR POR PROJETO				
4.2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 (SIT 2) – 2ª FASE				
FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
			SOFTWARE E HARDWARE	TRANSFERÊNCIAS DO OE (valor correspondente à CIMT) DE ACORDO COM O SOFTWARE E HARDWARE ADQUIRIDO (Nota: no presente não é possível determinar as necessidades dos Municípios, optou-se por repartir de acordo com as transferências do OE)
FEDER	0,00%	000.000,00 €	ABRANTES	2.827,72 €
FSE	0,00%	000.000,00 €	ALCANENA	1.189,53 €
MUNICIPIOS MT	100,00%	20.000,00 € 20.000,00 €	CONSTÂNCIA	798,64 €
OUTROS	0,00%	000.000,00 €	ENTRONCAMENTO	811,73 €
TOTAL		20.000,00 €	FERREIRA DO ZÊZERE	1.174,14 €
			MAÇÃO	1.547,06 €
			OURÉM	2.773,47 €
			SARDOAL	863,65 €
			SERTÃ	1.915,28 €
			TOMAR	2.282,56 €
			TORRES NOVAS	2.106,94 €
			VILA DE REI	929,71 €
			VILA NOVA DA BARQUINHA	779,57 €
4.2.5. MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG - OUTROS PROJETOS				
FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
			Cartas de Risco	EQUITATIVO
			Outros âmbitos	TRANSFERÊNCIAS DO OE
FEDER	0,00%	000.000,00 €	ABRANTES	6.777,50 €
FUNDO COESÃO	51,02%	51.020,40 €	ALCANENA	3.503,08 €
MUNICIPIOS MT	48,98%	48.979,60 €	CONSTÂNCIA	1.596,32 €
OUTROS	0,00%	000.000,00 €	ENTRONCAMENTO	2.747,94 €
TOTAL		100.000,00 €	FERREIRA DO ZÊZERE	3.472,31 €
			MAÇÃO	4.217,72 €
			OURÉM	5.543,61 €
			SARDOAL	2.851,72 €
			SERTÃ	3.828,26 €
			TOMAR	5.687,84 €
			TORRES NOVAS	4.211,35 €
			VILA DE REI	1.858,31 €
			VILA NOVA DA BARQUINHA	2.683,65 €
4.2.5.1. MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG – OUTROS PROJETOS (CARTAS DE RISCO)				
FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
			EQUITATIVO	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



	FEDER	0,00%	000.000,00 €		ABRANTES	1.125,45 €
	FUNDO COESÃO	85,00%	51.020,40 €		ALCANENA	1.125,45 €
	MUNICIPIOS MT	15,00%	9.003,60 €		CONSTÂNCIA	0,00 €
	OUTROS	0,00%	000.000,00 €		ENTRONCAMENTO	1.125,45 €
	TOTAL		60.024,00 €		FERREIRA DO ZÊZERE	1.125,45 €
					MAÇÃO	1.125,45 €
					OURÉM	0,00 €
					SARDOAL	1.125,45 €
					SERTÃ	0,00 €
					TOMAR	1.125,45 €
					TORRES NOVAS	0,00 €
					VILA DE REI	0,00 €
					VILA NOVA DA BARQUINHA	1.125,45 €
4.2.5.2. MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG – OUTROS PROJETOS (OUTROS ÂMBITOS)						
	FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO			
			TRANSFERÊNCIAS DO OE			
	FEDER	0,00%	000.000,00 €		ABRANTES	5.652,05 €
	FSE	0,00%	000.000,00 €		ALCANENA	2.377,63 €
	MUNICIPIOS MT	100,00%	39.976,00 €		CONSTÂNCIA	1.596,32 €
	OUTROS	0,00%	000.000,00 €		ENTRONCAMENTO	1.622,49 €
	TOTAL		39.976,00 €		FERREIRA DO ZÊZERE	2.346,86 €
					MAÇÃO	3.092,27 €
					OURÉM	5.543,61 €
					SARDOAL	1.726,27 €
					SERTÃ	3.828,26 €
					TOMAR	4.562,39 €
					TORRES NOVAS	4.211,35 €
					VILA DE REI	1.858,31 €
					VILA NOVA DA BARQUINHA	1.558,20 €
PROJETO GPS						
	FONTES DE FINANCIAMENTO		CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO			
			PROJETO GPS – EQUITATIVO E COMUNICAÇÕES EFETUADAS (Nota: no presente não é possível determinar as comunicações efetuadas, optou-se por repartir todo o montante equitativamente)			
	FEDER	0,00%	000.000,00 €		ABRANTES	265,38 €
	FSE	0,00%	000.000,00 €		ALCANENA	265,38 €
	MUNICIPIOS MT	100,00%	3.450,00 €		CONSTÂNCIA	265,38 €
	OUTROS	0,00%	000.000,00 €		ENTRONCAMENTO	265,38 €
	TOTAL		3.450,00 €		FERREIRA DO ZÊZERE	265,38 €
					MAÇÃO	265,38 €
					OURÉM	265,38 €
					SARDOAL	265,38 €
					SERTÃ	265,38 €
					TOMAR	265,38 €
					TORRES NOVAS	265,38 €
					VILA DE REI	265,38 €
					VILA NOVA DA BARQUINHA	265,38 €
Ao abrigo de protocolo foram facultados pelo IGP, Ortofotomapas à escala 1:10 000 dos anos de 2007 e 2010 e a cobertura aerofotográfica (voo) de 2010.						

SERVIÇO RESPONSÁVEL	OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES
AGOT	

FICHA DE PROJETO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	CONSOLIDAR A MASSA CRÍTICA URBANA			IV
PROJETO	PIAL – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE LOCAL			4.3
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Considerando os princípios da universalidade e da igualdade consagrados na Constituição da República Portuguesa, e tendo presente que a acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício da cidadania, vivência urbana e construção de uma sociedade inclusiva, o Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local no Médio Tejo tem como objetivos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a acessibilidade no espaço público urbano; Sensibilizar a população para o seu contributo na garantia dos objetivos da acessibilidade, tanto na participação cívica, agindo como mitigadora e prescritora de alterações nos hábitos e práticas como na utilização do espaço público; Envolver os agentes de transformação urbana no desenvolvimento e implementação de formas inovadoras de gerir e intervir no espaço público num ambiente técnico transdisciplinar e publicamente partilhado; Contribuir para uma visão da acessibilidade integrada como fator diferenciador no marketing territorial, procurando sinergias e dinâmicas económicas no sector privado. <p>Ainda, e no contexto da legislação portuguesa em vigor (DL 163/2006), o espaço público e os equipamentos devem adaptar-se gradualmente às necessidades de Todos, pelo que se pretende impulsionar o diagnóstico das condições de acessibilidade em meio urbano e progressiva eliminação de barreiras físicas e arquitetónicas do espaço público bem como a incorporação dos princípios do desenho universal no exercício das competências municipais em matéria de urbanismo e obras públicas.</p>			2010-2014
4.3.1 PIAL – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE LOCAL – FASE 2	<p>No âmbito do Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, do Programa Operacional Temático do Potencial Humano, foram elaborados Planos Locais de Promoção da Acessibilidade incidindo em oito áreas urbanas do Médio Tejo (Abrantes, Pego, Rossio ao Sul do Tejo, Tramagal, Entroncamento, Ourém, Fátima e Tomar).</p> <p>Foi desenvolvido, ainda, um Sistema de Informação Participado, para divulgação do projeto via web, e que pretende congrega a informação sobre medidas e iniciativas que forem sendo realizadas no Médio Tejo no domínio da Acessibilidade. Este portal permite aos utilizadores partilharem sugestões e/ou comunicarem situações de inacessibilidade no espaço público, tendo uma componente de SIG associada.</p> <p>Em 2014, pretende-se impulsionar a implementação dos Planos Locais de Promoção da Acessibilidade elaborados, designadamente no que se refere às medidas de maior grau de prioridade, e considerando a existência de um conjunto alargado de intervenções que não acarretam custos significativos (por exemplo, realocação de mobiliário urbano, controlo de estacionamento abusivo, entre outras). Deverá ser definida metodologia para monitorização e acompanhamento da implementação dos Planos, apoiada em indicadores de concretização. Paralelamente, prevê-se a dinamização do Sistema de Informação Participado bem como a continuidade do desenvolvimento de iniciativas de sensibilização, para a temática da Acessibilidade.</p> <p>Considerando o desafio de ir progressivamente eliminando as barreiras físicas e estruturando percursos turísticos acessíveis, que possam constituir fatores diferenciadores no marketing territorial da região do Médio Tejo, prevê-se a possibilidade de implementação de suportes comunicacionais especiais (revestimento tátil – linha delimitadora de percurso acessível) bem como o desenvolvimento de medidas que promovam uma maior consciência social para a acessibilidade e fomentem a aplicação de boas práticas também no sector privado (criação do símbolo de estabelecimento acessível).</p>			
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			142.681,24 €
	INVESTIMENTO 2014			44.280,00 €
FINANCIAMENTO 2014	4.3.1 - PIAL – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE LOCAL – FASE 2			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO
	FEDER			TRANSFERÊNCIA OE, PELOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
	FSE			ABRANTES 14.399,59 €
	MUNICÍPIOS MT	100%	44.280,00 €	ALCANENA €
	OUTROS			CONSTÂNCIA €
			ENTRONCAMENTO 4.133,57 €	
			FERREIRA DO ZÊZERE €	
			MAÇÃO €	
			OURÉM 14.123,34 €	
			SARDOAL €	
			TOMAR 11.623,50 €	
			TORRES NOVAS €	
			VILA NOVA DA BARQUINHA €	
			TOTAL 44.280,00 €	
SERVIÇO RESPONSÁVEL	OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES			
GE	AMNT/AGOT			
OBSERVAÇÕES				

FICHA DE PROJECTO		
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	APOIAR A FORMAÇÃO ESPECIALIZADA E A FORMAÇÃO PARA CIDADANIA ATIVA	IV
PROJECTO	GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO / MÈDIO TEJO	4.4
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Com a atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional assente no desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional (CIMT e Municípios associados), numa lógica de projeto e de resolução de problemas organizacionais para a melhoria das competências pessoais e profissionais dos funcionários da Administração Local.</p> <p>Pretende-se aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores; potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional.</p> <p>Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de pertinente interesse para a CIMT e seus Municípios;</p> <p>Elaboração de candidaturas ao POPH, nomeadamente nos eixos 3.4.4. (Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local) e 5.2. (Estágios Profissionais);</p> <p>Fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIMT, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.</p>	
4.4.1. FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	<p>Preparação de um Plano de Formação que contribua para o aumento da qualificação dos recursos humanos da CIMT e dos seus Municípios Associados permitindo dessa forma o desenvolvimento de projetos estruturantes de modernização na organização;</p> <p>Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos Recursos Humanos da CIMT e seus Municípios associados, mediante o acesso a formação profissional pertinente para as suas funções e para o sucesso da organização, visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado;</p> <p>Elaborar e apresentar ao POPH os projetos de formação, em função da abertura de candidaturas, com o objetivo de obter o co-financiamento junto do Fundo Social Europeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as competências individuais dos trabalhadores das Câmaras Municipais associadas, ▪ Promover a qualidade dos serviços municipais; ▪ Contribuir para a modernização da organização municipal. 	
4.4.2. SEMINÁRIOS E WORKSHOPS	<p>Debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da administração pública, para fazer face à complexidade e aos desafios no âmbito da eficácia;</p> <p>Contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local;</p> <p>Motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais;</p>	
4.4.3. ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS	<p>Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho;</p> <p>Com o recrutamento de novas formações e novas competências profissionais potencia-se a modernização dos serviços públicos;</p> <p>Facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho.</p>	
4.4.4. REUNIÕES TEMÁTICAS	<p>Organização de reuniões temáticas em diversas áreas/setores dos Municípios, sempre que possível com o acompanhamento de um especialista, para discussão de assuntos considerados pertinentes pelos mesmos, de forma a poderem ver respondidas as questões colocadas;</p> <p>Articulação do desenvolvimento do trabalho de forma concertada por todos os funcionários do Médio Tejo;</p> <p>Facilitar a troca de experiências.</p>	

INVESTIMENTO	INVESTIMENTO 2014		133.699,63 €	
FINANCIAMENTO 2013	4.4.1.1 FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CANDIDATURA			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			
	FSE	79,08 %		48.046,50 €
	OUTROS	20,92 %		12.710,33 €
	TOTAL			60.756,83 €
	4.4.1.2 FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS AÇÕES			
	FSE	0 %		000.000,00 €
	MUNICIPIOS MT / CIMT	100 %		6.250,00 €
	TOTAL			6.250,00 €
	4.4.2. SEMINÁRIOS E WORKSHOPS			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			
	FSE	0 %		000.000,00 €
	MUNICIPIOS MT / CIMT	100 %		5.000,00 €
	TOTAL			5.000,00 €
	4.4.3. ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS			
	FONTES DE FINANCIAMENTO			
	FSE	70 %		39.684,96 €
	CIMT	30 %		17.007,84 €
	TOTAL			56.692,80 €
	4.4.4. REUNIÕES TEMÁTICAS			
FONTES DE FINANCIAMENTO				
FSE	0 %		000.000,00 €	
MUNICIPIOS MT / CIMT	100 %		5.000,00 €	
TOTAL			5.000,00 €	
SERVIÇO RESPONSÁVEL		OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
CIF				
OBSERVAÇÕES		<p>CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO:</p> <p>RELATIVAMENTE ÀS AÇÕES DE FORMAÇÃO INSERIDAS NA CANDIDATURA, AS MESMAS NÃO REPRESENTARÃO CUSTOS PARA OS MUNICÍPIOS.</p> <p>OS RESTANTES VALORES APRESENTADOS SERÃO REPARTIDOS PELOS MUNICÍPIOS, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FORMANDOS / TRABALHADORES A FREQUENTAR AS AÇÕES DE FORMAÇÃO / SEMINÁRIOS / WORKSHOPS / REUNIÕES TEMÁTICAS.</p>		

FICHA DE PROJECTO		
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL	V
PROJECTO	MÉDIO TEJO ONLINE	5.1
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>O projeto Médio Tejo Online visa viabilizar a qualificação do atendimento dos serviços, através da implementação de serviços online, racionalizando definitivamente os modelos de organização e gestão autárquica, promovendo iniciativas integradas de modernização e articulação entre os cidadãos e as empresas.</p> <p>Assim, o projeto contribuirá para a melhoria da prestação do serviço ao cliente externo da CIMT e dos seus onze municípios associados, através da qualificação do atendimento dos serviços da Administração Local, passando por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a acessibilidade temporal e digital do cliente externo aos serviços da Administração Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas, tal como já acontece em muitos serviços da Administração Pública; ✓ Racionalizar o Modelo de Gestão da Administração Local, pela simplificação, reengenharia e desmaterialização dos processos da Administração Local, no seu todo; ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma Administração Pública em Rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviços partilhados entre a CIMT e os onze Municípios associados, pela criação de uma infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa; ✓ Modernizar a CIMT e os seus onze municípios associados interligando o desenvolvimento tecnológico com a melhoria das práticas de gestão e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia; ✓ Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de “boas práticas” com todos os stakeholders do Médio Tejo (cidadãos, empresas e outras entidades locais) e com aqueles que nos visitam (nacionais e internacionais); ✓ Gerar massa crítica e competências transversais necessárias à continuidade e à sustentabilidade deste projeto, para além do horizonte do financiamento desta candidatura; ✓ Demonstrar e disseminar os resultados e as “boas práticas” à escala nacional ou internacional; ✓ Contribuir para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e para a administração eletrónica. 	2013-2015
5.1.1 SERVIÇOS ONLINE – FATURAÇÃO ELETRÓNICA	<p>Implementação da faturação eletrónica como resposta às iniciativas de e-commerce que se pretendem implementar. A desmaterialização da fatura é essencial para a vida das empresas e do Estado e para o incremento do comércio eletrónico em geral, na medida em que a sua adoção, uma vez estabilizada, permite, entre outras coisas, uma redução de custos de processamento, eliminando a necessidade de repetidos lançamentos dos dados das faturas nas várias organizações envolvidas e reduzindo erros de lançamento e os consequentes custos de correção, facilita o arquivo e o acesso à faturação por meios informáticos e permite aumentos de eficiência da gestão contabilística e financeira.</p>	
5.1.2 SERVIÇOS ONLINE – PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO	<p>A implementação de uma Plataforma de Educação permite gerir os recursos, de forma integrada e automatizada, desde a gestão das atividades extracurriculares, a gestão de cantinas e refeições, a gestão de transportes escolares, a gestão de docentes e não docentes, a gestão do parque e equipamento escolar, bem como a gestão da ação social escolar. Trata-se de uma solução agregadora de gestão de processos, levando à desmaterialização e simplificação administrativa dos mesmos.</p> <p>Esta plataforma permitirá a obtenção de indicadores estatísticos sobre a educação, facilitando a comunicação. Assim, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de custos e incremento das receitas associados à gestão escolar (espaço físico, transporte, refeições); - Partilha de informação entre os vários agentes educativos: família, escola e aluno; - Disponibilização de conteúdos para as diferentes disciplinas, de acordo com o curriculum do Ministério da Educação; - Extração de indicadores e relatórios sobre a gestão escolar. 	
5.1.3 COMPRAS PÚBLICAS – CENTRAL DE COMPRAS	<p>Pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da Central de Compras da CIMT, através da adoção de competências na área das aquisições eletrónicas, implementando uma solução integrada de suporte à atividade da mesma e de apoio especializado à CIMT e aos seus municípios associados e através da automatização do processo de registo dos fornecedores nas negociações desenvolvidas, da criação de base de dados, de um barómetro público da utilização das negociações e dos resultados obtidos. Promove o desenvolvimento de uma área de disponibilização de informação e formação de utilizadores internos e externos, integrando-se com as aplicações de negócio e com a faturação eletrónica.</p>	

5.1.4 REESTRUTURAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala.				
5.1.5 GESTÃO DOCUMENTAL	Promove a implementação de uma solução de gestão documental em articulação com as aplicações já existentes nos municípios e na CIMT, e com a utilização do cartão do cidadão, com vista ao desenvolvimento efetivo de serviços online.				
5.1.6 PLATAFORMA DE CADASTRO INDUSTRIAL – PROJETO PILOTO	Consiste, no levantamento, em contexto SIG, dos postos de combustível licenciados pela Direção Geral da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DGELVT) e pelos municípios, com vista a obter uma resposta mais célere por parte da fiscalização da DGELVT e cumprimento da legislação em vigor. Pretende-se obter boas práticas, no sentido de replicar, numa fase posterior, a outros ramos de atividade. Esta componente de investimento é realizada em parceria com a Direção Geral da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DGELVT).				
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL				719.988,76€
	INVESTIMENTO 2014				417.154,15€
FINANCIAMENTO 2014	5.1. MÉDIO TEJO ONLINE				
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
				TRANSFERÊNCIAS OE	
	FEDER	85%	354.581,03€	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL TOMAR TORRES NOVAS VILA NOVA DA BARQUINHA	10.314,14€
	FSE	0%	0,00 €		4.338,82€
	MUNICIPIOS MT	15%	62.573,12€		2.913,05€
OUTROS	0%	0,00 €	2.960,80€		
TOTAL		417.154,15 €	4.282,68€		
SERVIÇO RESPONSÁVEL	OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES				
AMNT					
OBSERVAÇÕES	O PRESENTE PROJETO INTERMUNICIPAL É EXECUTADO, NA SUA GRANDE MAIORIA PELA CIMT, SENDO ESTA A PROMOTORA DO MESMO, MAS TAMBÉM PELOS SEUS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS. DESTA FORMA, O VALOR GLOBAL DE INVESTIMENTO É DE 2.998.280,45€, O QUE CORRESPONDE A UMA COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DE 85% FEDER (2.548.538,38€). O PROJETO É FINANCIADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE.				

FICHA DE PROJECTO					
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL			V	
PROJECTO	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – OUTROS PROJETOS			5.2.	
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	Com a implementação do projeto MTD – Médio Tejo Digital, no âmbito das Regiões Digitais do POS_Conhecimento e, com o início do projeto Médio Tejo Online, cuja execução iniciou-se no decorrer do ano de 2013, após a sua aprovação pelo PO Fatores de Competitividade, torna-se premente a atualização das infraestruturas tecnológicas existentes e a definição de estratégias futuras no que se concerne à modernização administrativa e gestão contínua das atividades desenvolvidas.			2011-2016	
PROGRAMA DE LICENCIAMENTO EM VOLUME “ENTERPRISE AGREEMENT”	Licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIMT.				
AQUISIÇÃO DE FIREWALL	A segurança da informação de uma organização deve ser alcançada de várias formas e por diferentes métodos. Uma firewall é um equipamento (appliance) que permite incrementar o nível de segurança de uma organização, e que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto de controlo da rede. A sua função consiste em regular o tráfego de dados entre a rede externa e interna, e impedir a transmissão e/ou receção de acessos nocivos ou não autorizados de uma rede para outra. Em complemento, será realizada a contratação de uma plataforma que controla os acessos à internet.				
AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE PARA REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA	Reestruturação do parque informático da CIMT.				
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL			247.694,05 €	
	INVESTIMENTO 2013			139.231,35 €	
FINANCIAMENTO 2010	MÉDIO TEJO DIGITAL – OUTROS PROJETOS				
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
				TRANSFERÊNCIAS OE	
	FEDER	0%	0,00€	ABRANTES ALCANENA CONSTÂNCIA ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZÊZERE MAÇÃO OURÉM SARDOAL SERTÃ TOMAR TORRES NOVAS VILA DE REI VILA NOVA DA BARQUINHA	19.685,36€ 8.280,98€ 5.559,78€ 5.650,92€ 8.173,83€ 10.769,98€ 19.307,69€ 6.012,39€ 13.333,35€ 15.890,22€ 14.667,61€ 6.472,25€ 5.427,00€
	FSE	0%	0,00 €		
	MUNICIPIOS MT	100%	139.231,35€		
OUTROS	0%	0,00 €			
TOTAL		139.231,35€			
SERVIÇO RESPONSÁVEL		OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES			
AMNT					
OBSERVAÇÕES					

FICHA DE PROJECTO						
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL					V
PROJECTO	QREN – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO					5.3
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>A gestão do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, através do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, no valor global FEDER de 87.050.602€ assenta no alcance de objetivos estratégicos para as duas Regiões e que se encontram explícitos no Plano Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul para o período 2007/2013.</p> <p>No âmbito da Contratualização da Subvenção Global celebrada com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, compete à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A verificação documental e física das candidaturas. - A verificação da conformidade dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários das candidaturas aprovadas e com contrato de financiamento assinado. - A atribuição de mérito às operações apresentadas. - Ao estabelecimento das relações com os diversos Secretariados Técnicos do Programa Operacional Regional do Centro e os diversos promotores candidatados ou aprovados às diversas tipologias contratualizadas. - A elaboração de pontos de situação ao nível da execução e acompanhamento dos projetos com comparticipação FEDER e pareceres de enquadramento das candidaturas apresentadas no Plano Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. - A preparação e organização dos processos relativos a cada projeto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias das tipologias objeto da contratualização. - A prestação de apoio ao Programa Operacional Regional do Centro na preparação dos relatórios de execução. - A preparação de reuniões no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global. - À prática dos demais atos necessários à regular e plena execução do objeto do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global. - Ao desempenho de outras funções que lhe forem definidas pelo Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do cumprimento do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global. <p>Em conclusão, a gestão da contratualização no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro, a elaboração e acompanhamento de candidaturas municipais e intermunicipais a outros Programas Operacionais Temáticos e demais candidaturas à União Europeia visam concretizar os projectos estruturantes para a Região do Médio Tejo.</p>					2008-2015
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL					1.395.332,41€
	INVESTIMENTO 2014					125.000,00 €
FINANCIAMENTO 2014	4.1. QREN – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO					
	FONTES DE FINANCIAMENTO				CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO	
					TRANSFERÊNCIAS OE	
	FEDER	85%	106.250,00 €	ABRANTES	2.650,99€	
	FSE	0%	000.000,00 €	ALCANENA	1.115,18€	
	MUNICIPIOS MT	15%	18.750,00 €	CONSTÂNCIA	748,72€	
	OUTROS	0%	000.000,00 €	ENTRONCAMENTO	761,00€	
TOTAL			125.000,00 €	FERREIRA DO ZÊZERE	1.100,75€	
				MAÇÃO	1.450,37€	
				OURÉM	2.600,13€	
				SARDOAL	809,68€	
				SERTÃ	1.795,57€	
				TOMAR	2.139,90€	
				TORRES NOVAS	1.975,26€	
				VILA DE REI	871,60 €	
				VILA NOVA DA BARQUINHA	730,84 €	
SERVIÇO RESPONSÁVEL			OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES			
EP						
OBSERVAÇÕES			ESTE PROJETO NO QUE CONCERNE À GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, POR PARTE DA CIMT, DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM SUBVENÇÃO GLOBAL, DETÉM COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ATRIBUÍDA PELO PROGRAMA OEPRACIONAL REGIONAL DO CENTRO.			

FICHA DE PROJECTO						
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL					V
PROJECTO	ESTRATÉGIA 2020 – PLANO ESTRATÉGICO DO MÉDIO TEJO 2014-2020					5.4
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Com vista à preparação do próximo período de programação dos fundos estruturais (2014-2020), torna-se premente a definição de uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região do Médio Tejo, consubstanciada num Plano de Desenvolvimento Estratégico para o período temporal 2014-2020, e que se encontra assente nas principais metas da estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo) e nas linhas de orientação do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para aplicação dos fundos comunitários, no âmbito do próximo período de programação.</p> <p>Deste modo, a elaboração do plano, tem como principais requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar a estratégia territorial para a Região, envolvendo os 13 municípios do Médio Tejo nas Políticas Públicas Nacionais e Regionais, bem como nas orientações estratégicas da União Europeia; • Contribuir para desenvolver a articulação entre os municípios envolvidos e os diversos agentes e instituições que intervêm no território; • Estimular a comunicação, a participação, as parcerias, articulando interesses, numa perspetiva de benefício coletivo; • Configurar uma abordagem inovadora, devendo incluir novas dimensões relacionadas com o planeamento e o modelo de gestão das respetivas redes de intervenção regional, nomeadamente as previstas no cerne da Estratégia Europa 2020 no que diz respeito às três prioridades relacionadas com o Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo para assegurar a coesão económica, social e territorial da Região; • Constituir um instrumento que incorpore os ensinamentos decorrentes da aplicação de políticas de nova geração noutros países da União Europeia, fundamentando-se numa metodologia de benchmarking. <p>Neste sentido, a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Região do Médio Tejo no período 2014-2020 tem como objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as prioridades de desenvolvimento da região, as iniciativas estruturantes e os atores chave a envolver; - Enquadrar a estratégia territorial nas políticas públicas nacionais e regionais, bem como nas orientações estratégicas e operacionais da União Europeia; - Definir e dinamizar o processo de construção do modelo de governação e articulação dos atores chave; - Apoiar as ações de divulgação e promoção da região no âmbito da construção da estratégia de desenvolvimento integrado de base territorial; - Articular com as entidades envolvidas na preparação do próximo período de programação estrutural e na preparação dos documentos exigidos pelas regras comunitárias que vierem a ser definidas. 					2013-2014
INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL					92.188,50€
	INVESTIMENTO 2014					69.141,38 €
FINANCIAMENTO 2014	5.4. ESTRATÉGIA 2020 – PLANO ESTRATÉGICO DO MÉDIO TEJO 2014-2020					
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO		
				TRANSFERÊNCIAS OE		
	FEDER	85%	58.770,17 €	ABRANTES		
	FSE	0%	000.000,00 €	ALCANENA		1.466,34 €
	MUNICIPIOS MT	15%	10.371,21 €	CONSTÂNCIA		616,84 €
OUTROS	0%	000.000,00 €	ENTRONCAMENTO		414,14 €	
			FERREIRA DO ZÊZERE		420,93 €	
			MAÇÃO		608,86 €	
			OURÉM		802,25 €	
			SARDOAL		1.438,21 €	
			SERTÃ		447,86 €	
			TOMAR		993,19 €	
			TORRES NOVAS		1.183,65 €	
			VILA DE REI		1.092,58€	
			VILA NOVA DA BARQUINHA		482,11€	
					404,25€	
TOTAL					69.141,38 €	
SERVIÇO RESPONSÁVEL			OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES			
EP						
OBSERVAÇÕES			O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO TEJO 2014-2020 É CO-FINANCIADO PELO PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER.			

FICHA DE PROJECTO		
OBJECTIVO ESTRATÉGICO	GOVERNAR DE FORMA INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL	V
PROJECTO	SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	5.5
OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS	<p>Com este projeto, pretende-se prevenir os riscos e doenças profissionais dos trabalhadores e contribuir para a diminuição da sinistralidade e consequente aumento da produtividade, procurando o bem-estar mental, físico e espiritual de todos os trabalhadores em funções públicas.</p> <p>A continuidade desta iniciativa, de forma integrada, procura facilitar as tarefas dos Municípios aderentes e conseguir economias de escala, para além de promover a interação entre os mesmos.</p>	2014-2015
5.5.1 SAÚDE NO TRABALHO	<p>Este sub-projeto, cuja atividade, de acordo com a legislação em vigor, será desenvolvida no órgão ou serviço, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração, contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de Exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades: <ul style="list-style-type: none"> a) Exames de Admissão: antes do início da prestação de trabalho ou, se na urgência o justificar, nos 15 dias seguintes; b) Exames Periódicos: anuais para os trabalhadores menores de 18 anos e com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores; c) Exames Ocasionais: sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho. • Realização de Exames Complementares ou Pareceres Médicos Especializados: sempre que o Médico do Trabalho necessite completar a observação e formular uma opinião precisa sobre o estado da saúde do trabalhador, que poderá ter em conta a realização de Análises clínicas (ácido úrico, colesterol, hemograma, glicemia e tipo II). • Colaboração com os médicos de família/assistentes dos trabalhadores. • Preenchimento de fichas de aptidão, face aos resultados dos exames médicos. • Preenchimento de fichas clínicas, sujeitas a segredo profissional. • Administração de vacinas sempre que se justifique. • Visitas periódicas aos locais de trabalho com elaboração de relatório da visita, com o objetivo de avaliar as condições de saúde nos locais de trabalho, com a colaboração dos serviços de Segurança e Higiene no Trabalho, bem como a elaboração de propostas de recomendações para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores observadas, constituindo um diagnóstico precoce de doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho; • Fornecimento dos elementos necessários no âmbito da Saúde no trabalho para o preenchimento do Modelo 1360 e Relatório Anual, previstos na legislação vigente. • Ações de informação e sensibilização tendentes à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores. • Formulação e proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores. • Colaboração com os serviços de Segurança e Higiene no Trabalho e os representantes dos trabalhadores para a melhoria das condições de saúde no trabalho de todos trabalhadores dos Municípios/Entidades. • Análise das doenças profissionais por categoria profissional, seu tratamento estatístico e caracterização. • Recolha de dados e organização dos elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho. • Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à saúde no trabalho; • Dar conhecimento de todas as "novas patologias" que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A(H1N1)) e auxiliar na elaboração de possíveis planos de contingência municipais; • Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras. • Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, um relatório de progresso, contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços. 	

Este sub-projeto, cuja atividade, de acordo com a legislação em vigor, será assegurada regularmente nos Municípios/Entidades, contemplando:

- Realização de ações de formação aos representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho a definir em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- Análise e elaboração de estatísticas relativas a acidentes de trabalho.
- Análise e elaboração de estatísticas relativas a inquéritos aos trabalhadores.
- Investigação e elaboração de relatórios de acidente de trabalho.
- Elaboração de folhetos informativos e instruções relativos à manutenção para prevenção de riscos profissionais na utilização das Máquinas e Equipamentos de Trabalho pelos trabalhadores.
- Elaboração de programas/fichas/manuais de prevenção e folhetos informativos considerando normas, regras de segurança e procedimentos em caso de acidente.
- Ações de promoção/formação/sensibilização aos trabalhadores e seus dirigentes de matérias relevantes para área de SHST, que podem também ser exercícios práticos, em conjunto com os serviços de saúde no trabalho e eventuais entidades a definir nas reuniões da Comissão de Acompanhamento, como a ACT, no âmbito das suas campanhas.
- Avaliação da eficácia dos programas/manuais de prevenção e outra documentação de SHST elaborados.
- Apoio na implementação de regulamentos em SHST, em conjunto com os representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e serviços de Saúde no Trabalho.
- Avaliações de riscos profissionais aos locais de trabalho, incluindo medições técnicas (a agentes biológicos, físicos ou químicos), com elaboração de relatório, contendo as medidas propostas para a erradicação ou diminuição dos riscos e a sua hierarquização.
- Apoio na definição das especificações técnicas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e apoio na análise técnica das propostas apresentadas pelos fornecedores de EPI em parceria com setor de aprovisionamento, bem como sensibilização aos trabalhadores sobre o seu uso.
- Verificação e apoio para a concretização das medidas de autoproteção, tendo como base as exigíveis no artigo 21º do Decreto-Lei nº 220/2008 (Segurança Contra Incêndios em Edifícios).
- Realização de reuniões com o órgão de direção ou do serviço, em conjunto com os representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho ou com os técnicos de segurança no trabalho sobre as atividades realizadas.
- Colaboração na execução de simulacros, no âmbito da Segurança contra incêndios em edifícios.
- Ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao dia nacional de prevenção e segurança no trabalho.
- Propostas de medidas de prevenção, em fase de projeto.
- Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à segurança e higiene no trabalho;
- Dar conhecimento de todas as "novas patologias" que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)) e auxiliar na elaboração de possíveis planos de contingência municipais;
- Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras.
- Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, um relatório de progresso, contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

**5.5.2
SEGURANÇA E
HIGIENE NO
TRABALHO**

INVESTIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL				176.364,00 €	
	INVESTIMENTO 2014				88.182,00 €	
FINANCIAMENTO 2014	5.5.1 SAÚDE NO TRABALHO					
	FONTES DE FINANCIAMENTO			CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO		
				N.º DE TRABALHADORES		
	FEDER	0%	000.000,00 €			
	FSE	0%	000.000,00 €	ABRANTES	173	-
				ALCANENA	110	5.190,00 €
				CONSTÂNCIA	-	3.300,00 €
				ENTRONCAMENTO	137	-
	MUNICIPIOS MT, CIMT E SMAS TOMAR	100%	72.360,00 €	FERREIRA DO ZÊZERE	185	4.110,00 €
				MAÇÃO	-	5.550,00 €
			OURÉM	182	-	
			SARDOAL	538	5.460,00 €	
			TOMAR	502	16.140,00 €	
			TORRES NOVAS	168	15.060,00 €	
			VILA NOVA DA BARQUINHA	22	5.040,00 €	
			CIMT	57	660,00 €	
			SMAS DE TOMAR	215	1.710,00 €	
			SERTÃ	132	6.450,00 €	
			VILA DE REI		3.960,00 €	
			TOTAL	2.421	72.360,00 €	

5.5.2 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO						
FONTES DE FINANCIAMENTO				CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO		
				N.º DE TRABALHADORES		
FEDER	0%	000.000,00 €		ABRANTES	-	-
				ALCANENA	-	-
FSE	0%	000.000,00 €		CONSTÂNCIA	110	660,00 €
				ENTRONCAMENTO	344	2.064,00 €
MUNICIPIOS MT, CIMT E SMAS TOMAR	100%	15.552,00 €		FERREIRA DO ZÊZERE	137	822,00 €
				MAÇÃO	185	1.110,00 €
				OURÉM	-	-
				SARDOAL	182	1.092,00 €
				TOMAR	538	3.228,00 €
				TORRES NOVAS	502	3.012,00 €
				VILA NOVA DA BARQUINHA	168	1.008,00 €
				CIMT	22	132,00 €
				SMAS DE TOMAR	57	342,00 €
				SERTÃ	215	1.290,00 €
				VILA DE REI	132	792,00 €
TOTAL			15.552,00 €	TOTAL	2.592	15.552,00 €
SERVIÇO RESPONSÁVEL				OUTROS SERVIÇOS INTERVENIENTES		
EP				EMPRESAS PRESTADORAS DOS SERVIÇOS		
OBSERVAÇÕES				TENDO EM CONTA QUE A FACTURAÇÃO ESTÁ A SER APLICADA A CADA UM DOS MUNICIPIOS/ENTIDADES, APENAS O VALOR ATRIBUÍDO À CIMT É QUE CONSTARÁ DO SEU ORÇAMENTO PARA 2014.		



ANEXO II – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2014

Médio Tejo

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014
(nos termos do art.º 5º da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

Unidade Orgânica	Atribuições/ Competências/ Actividades	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Postos de Trabalho			Obs.
				P	AP	T	
....	Gestão Corrente	Secretário Executivo	Direito	1	0	1	Nomeação
GA - Gabinete de Apoio	* Apoio directo aos órgãos de gestão incluindo ao Secretário Executivo no desempenho das suas funções e no planeamento das actividades e nas relações públicas; * Promoção e divulgação; * Elaboração de propostas de projectos, entre outras, na área da respectiva actuação, e preparação das respectivas candidaturas; * Apoio directo e logístico à Assembleia Intermunicipal da CIMT;	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	0	1	TI
			Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	1	0	1	TI
GE - Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	* Assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos com nível de integração intermunicipal ou subregional;	Técnico Superior	Engenharia do Território (a)	1	0	1	T lc
			Relações Internacionais	1	0	1	T lc
			Gestão de Recursos Humanos	1	0	1	TI_CIP
			Gestão	0	1	0	T lc
			Área de Administração Pública	1	0	1	T lc
EP - Estruturas de Projecto	* Gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;	Técnico Superior	Gestão de Empresas	1	0	1	TI
			Gestão de Empresas	1	0	1	T lc
			Engenharia Civil	1	2	3	TI; T lc
CIF - Centro de Informação e Formação Profissional	* Funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos comunitários relacionados com a formação cívica dos cidadãos em geral e o apoio informativo aos mesmos e com a formação profissional dos funcionários e agentes da administração local no âmbito do território comunitário;	Técnico Superior	Gestão	1	0	1	TI_MI
			Gestão de Recursos Humanos (b)	1	0	1	T lc
		Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas (c)	1	0	1	TI
DAC - Direcção de Administração e Cooperação	Compreende : * A área financeira; * A área administrativa; * A área de cooperação institucional;	0	0	0
DAC/AF - Área Financeira	* Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita às Opções do Plano e Orçamento, Relatório de Gestão, PPI; * Apoio directo e logístico à Assembleia da CIMT;	Técnico Superior	Administração Pública e Autárquica	1	0	1	TI
			Administração Pública	1	0	1	TI
DAC/ AD - Área Administrativa	* Todas as tarefas administrativas decorrentes das actividades da CIMT, nomeadamente, expediente, arquivo, apoio	Técnico Superior	Gestão Recursos Humanos (d) (f)	1	1	2	TI_MII;TI

	a reuniões; * Tarifas inerentes ao serviço de recursos humanos;	Assistente Técnico	Gestão Recursos Humanos (c) (e)	2	0	2	TI
DAC/ ACI - Área de Cooperação Institucional	* Tarefas inerentes à implementação de normativas decorrentes do cumprimento legislativo; * Apoio à implementação de medidas de cooperação intermunicipal; * Colaboração e apoio às Sessões da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo; * Apoio directo e logístico à Assembleia da CIMT;	Técnico Superior	Economia	1	0	1	TI
DT - Direcção Técnica		*****	*****	*****	*****	0	*****
DT/ AGOT - Área Gestão e Ordenamento do Território	* Promover, gerir e acompanhar as actividades inerentes aos sistemas de informação geográfica para o ordenamento do território.	Técnico Superior	Engenharia Biofísica	1	0	1	TI
			Gestão do Território	2	0	2	T Ic
			Engenharia Geográfica	1	0	1	T Ic
		Assistente Técnico	Desenhador	0	1	1	TI
			Topógrafo	0	1	1	TI
			Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	1	0	1	T Ic
DT/AMNT - Área de Modernização e Novas Tecnologias	* Conceber, coordenar projectos de modernização administrativa; * Assegurar o funcionamento do Médio Tejo Digital.	Técnico Superior	Engenharia Informática	1	2	3	T Ic;TI
				25	8	33	

TOTAL

TI-FP - trabalhadores que tinham o vínculo de nomeação

TI - Contrato por Tempo Indeterminado

TI-FP-CIP- Em Cedência de Interesse Público na empresa municipal "Turrisespacos"

TI-MI - Em mobilidade interna na Câmara Municipal de Abrantes

TI-MII - Mobilidade interna intercarreiras

P- lugares providos

FP - Funções Públicas

TC - Contrato Termo Certo

T Ic - Contrato a Termo Incerto

AP- lugares a prover

T- Total

a, b, c, d, e, f, - funções partilhadas

(a) - desempenha também funções na estrutura de projecto

(b) - desempenha também funções na área de recursos humanos

(c) - desempenha funções de tesoureira em regime de substituição

(d) - 1 procedimento concursal a decorrer

(e) - 1 assistente técnico em mobilidade intercarreiras na carreira técnica superior

(f) - desempenha também as funções de tesoureira



ANEXO III – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO

Médio Tejo

7.1 Plano Plurianual de Investimentos, Quadriênio: 2014/2017

Objectivo Económica / Orgânica	Projeto	Designação do programa, projeto, acção	Forma de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Início - Fim	Fase de execução	Total previsto	
	2008-018	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG -EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOS 2K	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2008 • 2014	Execução física > 50%	826.428,22€	
070115		Realizado: 790.144,22€	Definido: 36.284,00€	Não definido: 0,00€	Total: 36.284,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2008-022	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG -SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 (SIT2)	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2008 • 2014	Execução física > 50%	74.732,13€	
070107		Realizado: 54.582,13€	Definido: 20.150,00€	Não definido: 0,00€	Total: 20.150,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2008-023	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2 (SIT2)	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2008 • 2014	Execução física > 50%	600.616,15€	
070108		Realizado: 598.816,15€	Definido: 1.800,00€	Não definido: 0,00€	Total: 1.800,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2009-020	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG -ACTUALIZAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DE CARTOGRAFIA 10K	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2009 • 2014	Execução física > 50%	356.708,00€	
070115		Realizado: 121.032,00€	Definido: 235.676,00€	Não definido: 0,00€	Total: 235.676,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2010-001	MELHORIA DA MOBILIDADE-TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO-HARDWARE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2010 • 2014	Execução física > 50%	15.424,50€	
070107		Realizado: 9.409,50€	Definido: 6.015,00€	Não definido: 0,00€	Total: 6.015,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2010-002	MELHORIA DA MOBILIDADE-TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO-SOFTWARE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2010 • 2014	Execução física > 50%	52.890,00€	
070108		Realizado: 49.200,00€	Definido: 3.690,00€	Não definido: 0,00€	Total: 3.690,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2010-009	AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO AQUISIÇÃO EQUIP. MULTIMEDIA	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2010 • 2014	Execução física > 50%	82.704,31€	
070115		Realizado: 64.325,31€	Definido: 18.379,00€	Não definido: 0,00€	Total: 18.379,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2011-009	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG -SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL2 (SIT2) -2ª FASE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2011 • 2016	Não iniciada	70.000,00€	
070107		Realizado: 0,00€	Definido: 5.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 5.000,00€	Anos+1: 33.000,00€	Anos+2: 32.000,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2011-010	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG -SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL2 (SIT2) -2ª FASE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2011 • 2015	Execução física até 50%	100.000,00€	
070108		Realizado: 17.220,00€	Definido: 15.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 15.000,00€	Anos+1: 30.000,00€	Anos+2: 37.780,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
	2012-003	MA EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	Outra	AC:0,00 AA:0,00 FC:0,00		2012 • 2014	Não iniciada	30.000,00€	
070107		Realizado: 0,00€	Definido: 30.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 30.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



Objectivo Económica / Orgânica	Projeto	Designação do programa, projeto, acção	Forma de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Início - Fim	Fase de execução	Total previsto
070108	2012-004	MA - SOFTWARE - LICENCIAMENTO	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2013 • 2016	Execução física até 50%	326.158,70€
		Realizado: 108.462,70€	Definido: 109.232,00€	Não definido: 0,00€	Total: 109.232,00€	Anos+1: 54.232,00€	Anos+2: 54.232,00€	Anos+3: 0,00€
070115	2013-009	GSIG-MÉDIO TEJO-GESTÃO EM SIG-OUTROS PROJETOS	Outra	AC:0,00 AA:85,00 FC:15,00		2013 • 2018	Não iniciada	1.000.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 100.000,00€	Não definido: 100.000,00€	Total: 200.000,00€	Anos+1: 200.000,00€	Anos+2: 220.000,00€	Anos+3: 240.000,00€
070107	2013-010	MT OLINE - HARDWARE	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2013 • 2015	Não iniciada	39.476,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 39.476,00€	Não definido: 0,00€	Total: 39.476,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070108	2013-011	MÉDIO TEJO ONLINE - SOFTWARE	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2013 • 2015	Não iniciada	25.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 25.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 25.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070115	2013-012	MÉDIO TEJO ONLINE - OUTROS INVESTIMENTOS	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2013 • 2015	Não iniciada	224.261,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 224.261,00€	Não definido: 0,00€	Total: 224.261,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
07010301	2014-001	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	5.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 5.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 5.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070106	2014-002	MATERIAL DE TRANSPORTE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	1.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 1.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 1.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070107	2014-003	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	10.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 10.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 10.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070108	2014-004	-SOFTWARE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	12.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 12.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 12.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070109	2014-005	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	5.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 5.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 5.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070110	2014-006	EQUIPAMENTO BÁSICO	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	1.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 1.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 1.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€
070111	2014-007	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	1.000,00€
		Realizado: 0,00€	Definido: 1.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 1.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



Objectivo Económica / Orgânica	Projeto	Designação do programa, projeto, acção	Forma de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Início - Fim	Fase de execução	Total previsto	
070115	2014-008	OUTROS INVESTIMENTOS	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	1.000,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 1.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 1.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070108	2014-009	AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO SÍTIOS AUTÁRQUICOS - SOFTWARE	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2014 • 2014	Execução física até 50%	90.873,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 90.873,00€	Não definido: 0,00€	Total: 90.873,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070115	2014-010	PIAL - 2ª FASE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	24.600,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 24.600,00€	Não definido: 0,00€	Total: 24.600,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070108	2014-011	MELHORIA DA MOBILIDADE SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE - SOFTWARE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	12.300,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 12.300,00€	Não definido: 0,00€	Total: 12.300,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070115	2014-012	MELHORIA DA MOBILIDADE SISTEMA INTEGRADO DE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	12.300,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 12.300,00€	Não definido: 0,00€	Total: 12.300,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070108	2014-013	FORMAÇÃO - PLATAFORMA MODLE	Outra	AC:0,00 AA:100,00 FC:0,00		2014 • 2014	Não iniciada	6.000,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 6.000,00€	Não definido: 0,00€	Total: 6.000,00€	Anos+1: 0,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
070205	2014-014	LOCAÇÃO FINANCEIRA -- MATERIAL DE TRANSPORTE	Outra	AC:0,00 AA:15,00 FC:85,00		2014 • 2015	Não iniciada	45.500,00€	
		Realizado: 0,00€	Definido: 25.500,00€	Não definido: 0,00€	Total: 25.500,00€	Anos+1: 20.000,00€	Anos+2: 0,00€	Anos+3: 0,00€	Anos+4: 0,00€
*** TOTAL GERAL ***								4.051.972,01€	
		Realizado: 1.813.192,01€	Definido: 1.077.536,00€	Não definido: 100.000,00€	Total: 1.177.536,00€	Anos+1: 337.232,00€	Anos+2: 344.012,00€	Anos+3: 240.000,00€	Anos+4: 140.000,00€

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



ORÇAMENTO 2014

RECEITA

DESPESA

Folha : 1

Rubrica	Designação	Valor
05	Rendimentos de Propriedade	10.000,00 €
0502	Juros-Sociedades financeiras	10.000,00 €
050201	Bancos e outras inst. financeiras	10.000,00 €
06	Transferências Correntes	1.969.701,00 €
0603	Administração central	1.278.355,00 €
060301	Estado	233.050,00 €
06030199	Estado - Outras transferencias	233.050,00 €
060306	Participação comunitaria projectos co-financiados	1.044.805,00 €
06030601	Projectos QREN	841.320,00 €
06030602	Assistencia técnica - QREN	125.000,00 €
06030603	POPH - QREN	78.485,00 €
060307	Serviços e Fundos Autónomos	500,00 €
0605	Administração local	691.346,00 €
060501	Contínente - Autarquias	691.346,00 €
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	400,00 €
0701	Venda de bens	200,00 €
070103	Publicações e impressos	100,00 €
070199	Outros	100,00 €
0702	Serviços	200,00 €
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100,00 €
070209	Serviços específicos das autarquias	100,00 €
07020999	Outros	100,00 €
08	Outras Receitas Correntes	300,00 €
0801	Outras	300,00 €
080199	Outras	300,00 €
08019901	Indemn.por deterioração, roubo e extravio de bens	100,00 €
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrém	100,00 €
08019999	Diversas	100,00 €
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.980.401,00 €
10	Transferências de Capital	1.077.635,00 €
1003	Administração central	660.910,00 €
100301	Estado	100,00 €
10030199	Outras	100,00 €
100307	Participação comunitaria projectos co-financiados	660.810,00 €
10030701	Projectos QREN	660.810,00 €
1005	Administração local	416.725,00 €
100501	Contínente - Autarquias	416.725,00 €

Rubrica	Designação	Valor
01	Despesas Com Pessoal	810.200,00 €
0101	Remunerações certas e permanentes	652.850,00 €
010104	Pessoal dos quadros-Regime contrato ind. trabalho	265.200,00 €
01010401	Pessoal em funções	250.000,00 €
01010404	Recrutamento Pessoal P/ novos postos de trabalho	15.200,00 €
010106	Pessoal contratado a termo	203.000,00 €
01010601	Pessoal em funções	155.000,00 €
01010604	Recrutamento Pessoal P/ novos postos de trabalho	48.000,00 €
010107	Pessoal regime tarefa ou avença	14.800,00 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	38.200,00 €
01010901	Nomeação	37.700,00 €
01010902	Outros	500,00 €
010111	Representação	12.400,00 €
010113	Subsidio de refeição	29.550,00 €
01011301	Pessoal quadros-Regime cont. ind. trabalho	14.500,00 €
01011302	Pessoal contratado a termo	13.350,00 €
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	1.700,00 €
010114	Subsidio de férias e de Natal	86.700,00 €
01011401	Pessoal dos quadros-Regime contrato ind. trabalho	46.500,00 €
01011402	Pessoal contratado a termo	33.900,00 €
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	6.300,00 €
010115	Rem. doença e maternidade/ paternidade	3.000,00 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	5.600,00 €
010204	Ajudas de custo	1.900,00 €
01020401	Ajudas de custo - Comunidade	1.900,00 €
010205	Abono para falhas	900,00 €
010212	Indemnizações por cessação de funções	2.000,00 €
010214	Outros abonos em numerario ou espécie-bolsa POC	800,00 €
0103	Segurança social	151.750,00 €
010301	Encargos com a saúde	7.000,00 €
010303	Subsidio familiar a crianças e jovens	750,00 €
010305	Contribuições p/ a segurança social	137.100,00 €
01030501	Assistência na doença funcionários públicos - ADSE	200,00 €
01030502	Segurança social Pessoal em Regime CTFP	136.900,00 €
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	33.500,00 €
0103050202	Segurança social - Regime geral	103.400,00 €
010309	Seguros	4.800,00 €
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	4.800,00 €
010310	Outras despesas de segurança social	2.100,00 €

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



RECEITA

Rubrica	Designação	Valor
11	Acções e outras participações	25,00 €
1108	Acções e outras participações	25,00 €
110806	Administração Pública - Administração Local - Continente	25,00 €
TOTAL RECEITAS CAPITAL		1.077.660,00 €
TOTAL RECEITAS		3.058.061,00 €

DESPESA

Folha : 2

Rubrica	Designação	Valor
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	2.000,00 €
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00 €
02	Aquisição de Bens e Serviços	1.086.183,00 €
0201	Aquisição de bens	270.043,00 €
020101	Materias primas e subsidiarias	100,00 €
020102	Combustíveis e lubrificantes	5.300,00 €
02010201	gasolina	100,00 €
02010202	gasóleo	5.000,00 €
02010299	Outros	200,00 €
020104	Limpeza e higiene	100,00 €
020105	Alimentação - refeições confeccionadas	100,00 €
020106	Alimentação - generos para confeccionar	100,00 €
020107	Vestuário e artigos pessoais	253.343,00 €
020108	Material de escritório	5.600,00 €
02010801	Comunidade	5.500,00 €
02010802	Assembleia	100,00 €
020109	Produtos quimicos e farmaceuticos	100,00 €
020110	Produtos vendidos nas farmacias	100,00 €
020111	Material de consumo clinico	100,00 €
020113	Material de consumo hoteleiro	100,00 €
020114	Outro material - peças	100,00 €
020117	Ferramentas e utensilios	300,00 €
020118	Livros e doc. técnica	200,00 €
020119	Artigos honorificos e de decoração	300,00 €
020120	Material de educação, cult. recreio	100,00 €
020121	Outros bens	4.000,00 €
02012101	Outros bens - Comunidade	2.000,00 €
02012102	Outros bens - CIF	2.000,00 €
0202	Aquisição de serviços	816.140,00 €
020201	Encargos das instalações	65.000,00 €
020202	Limpeza e higiene	15.000,00 €
020203	Conservação de bens	6.000,00 €
020204	Locação de edificios	100,00 €
020205	Locação de mat. informática	100,00 €
020206	Locação mat. de transporte	100,00 €
020208	Locação de outros bens	33.000,00 €
020209	Comunicações	35.000,00 €
020210	Transportes	2.650,00 €
020211	Representação dos serviços	2.000,00 €

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



RECEITA

Rubrica	Designação	Valor

DESPESA

Folha : 4

Rubrica	Designação	Valor
06020305	Outras	2.000,00 €
TOTAL DESPESAS CORRENTES		1.974.976,00 €
07	Aquisição de Bens de Capital	1.077.536,00 €
0701	Investimentos	1.052.036,00 €
070103	Edifícios	5.000,00 €
07010301	Instalações de serviços	5.000,00 €
070106	Material de transporte	1.000,00 €
070107	Equipamento de informática	110.641,00 €
070108	Software informático	275.895,00 €
070109	Equipamento administrativo	5.000,00 €
070110	Equipamento básico	1.000,00 €
070111	Ferramentas e utensílios	1.000,00 €
070115	Outros investimentos	652.500,00 €
0702	Locação financeira	25.500,00 €
070205	Material de transporte - locação financeira	25.500,00 €
08	Transferências de Capital	5.549,00 €
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	5.549,00 €
080101	Públicas	5.549,00 €
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	5.549,00 €
TOTAL DESPESAS CAPITAL		1.083.085,00 €
TOTAL DESPESAS		3.058.061,00 €

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Opções do Plano e Orçamento 2014

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha



Resumo

RECEITA

Rubrica	Designação	Valor
05	Rendimentos de Propriedade	10.000,00 €
06	Transferências Correntes	1.969.701,00 €
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	400,00 €
08	Outras Receitas Correntes	300,00 €
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.980.401,00 €
10	Transferências de Capital	1.077.635,00 €
11	Ações e outras participações	25,00 €
TOTAL RECEITAS CAPITAL		1.077.660,00 €
TOTAL RECEITAS		3.058.061,00 €

RECEITA

Rubrica	Designação	Valor
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.980.401,00 €
TOTAL RECEITAS CAPITAL		1.077.660,00 €
TOTAL RECEITAS		3.058.061,00 €

DESPESA

Rubrica	Designação	Valor
01	Despesas Com Pessoal	810.200,00 €
02	Aquisição de Bens e Serviços	1.086.183,00 €
03	Juros e Outros Encargos	2.350,00 €
04	Transferências Correntes	73.243,00 €
06	Outras Despesas Correntes	3.000,00 €
TOTAL DESPESAS CORRENTES		1.974.976,00 €
07	Aquisição de Bens de Capital	1.077.536,00 €
08	Transferências de Capital	5.549,00 €
TOTAL DESPESAS CAPITAL		1.083.085,00 €
TOTAL DESPESAS		3.058.061,00 €

DESPESA

Rubrica	Designação	Valor
TOTAL DESPESAS CORRENTES		1.974.976,00 €
TOTAL DESPESAS CAPITAL		1.083.085,00 €
TOTAL DESPESAS		3.058.061,00 €

Folha : 1

Folha : 1



ANEXO IV – CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO

Médio Tejo

Relativamente à imputação, aos diversos Municípios, do Financiamento Municipal foram utilizados diversos critérios, consoante a natureza do projeto em causa, a saber:

Critério de Imputação 1 – De acordo com a área a executar

Municípios	Área a Cartografar + Ortos		Área a Cartografar	Ortos		Área a Cartografar	Ortos	
	- BASE -		- 1º ADICIONAL -			- 2º ADICIONAL -		
	(ha)	%	(ha)	(ha)	%	(ha)	(ha)	%
Abrantes	7.625,40	22,46%	0	4.000,00	17,58%	617	300	100,00%
Alcanena	3.078,38	9,07%	0	0,00	0,00%	0	0	0,00%
Constância	1.871,06	5,51%	8,76	300,00	1,44%	0	0	0,00%
Entroncamento	1.373,26	4,05%	0	100,00	0,44%	0	0	0,00%
Ferreira do Zêzere	5.489,78	16,17%	281,49	3.900,00	20,92%	0	0	0,00%
Mação	5.273,33	15,53%	0	600,00	2,64%	0	0	0,00%
Sardoal	1.950,23	5,75%	0	500,00	2,20%	0	0	0,00%
Tomar	4.096,88	12,07%	1.084,42	2.600,00	25,99%	0	0	0,00%
Torres Novas	1.662,40	4,90%	20,1	14.200,00	28,01%	0	0	0,00%
Vila de Rei	843,31	2,48%	0	0,00	0,00%	0	0	0,00%
Vila Nova Barquinha	681,09	2,01%	59,01	0,00	0,79%	0	0	0,00%
TOTAL	33.945,12	100,00%	1.453,78	26.200,00	100,00%	617	300	100,00%

Critério de Imputação 2 – De acordo com a área do Município

Município	Área Município (Km ²)	%
Abrantes	714,69	21,37%
Alcanena	127,33	3,81%
Constância	80,37	2,40%
Entroncamento	13,73	0,41%
Ferreira do Zêzere	190,38	5,69%
Mação	399,98	11,96%
Ourém	416,55	12,46%
Sardoal	92,15	2,76%
Sertã	446,73	13,36%
Tomar	351,20	10,50%
Torres Novas	270,00	8,07%
Vila de Rei	191,55	5,73%
V N Barquinha	49,53	1,48%
Total	3344,19	100,00%

Critério de Imputação 3 – Equitativo

Critério de Imputação 4 – Transferências do OE

Município	Transferências OE	%
Abrantes	11.089.775	14,14%
Alcanena	4.665.104	5,95%
Constância	3.132.110	3,99%
Entroncamento	3.183.452	4,06%
Ferreira do Zêzere	4.604.738	5,87%
Mação	6.067.285	7,74%
Ourém	10.877.018	13,87%
Sardoal	3.387.086	4,32%
Sertã	7.511.361	9,58%
Tomar	8.951.779	11,41%
Torres Novas	8.263.019	10,53%
Vila de Rei	3.646.149	4,65%
Vila Nova da Barquinha	3.057.308	3,90%
Total	78.436.184	100,00%

Critério de Imputação 5 – N.º de Trabalhadores

Entidade/Entidade	N.º de Trabalhadores
Alcanena	173
Constância	110
Entroncamento	344
Ferreira do Zêzere	137
Mação	185
Sardoal	182
Tomar	538
Torres Novas	502
V N Barquinha	168
CIMT	22
SMAS de Tomar	57
Sertã	215
Vila de Rei	132
Total	2.765

Critério de Imputação 6 – De acordo com o software e hardware adquirido

Como à data de preparação das Opções do Plano 2014 não é possível determinar o software e hardware a adquirir, optou-se por repartir de acordo com as transferências do OE (critério 6), a despesa relativa à preparação do lançamento deste projeto.

Critério de Imputação 7 – Projeto GPS – Equitativo e Comunicações efetuadas

- I. Para as 3 linhas analógicas, os 3 acessos ADSL e a manutenção dos 3 Routers - Critério equitativo
- II. Critério aprovado no que respeita aos valores das Comunicações de dados – Critério de Acordo com as Comunicações efetuadas e o Remanescente pelo Critério Equitativo

Como à data de preparação das Opções do Plano 2014 não é possível determinar o consumo de comunicações por município, optou-se por repartir equitativamente.



ANEXO V – METODOLOGIA SEGUIDA PARA ELABORAÇÃO PLANO DE ATIVIDADES

Médio Tejo

METODOLOGIA SEGUIDA PARA ELABORAÇÃO PLANO DE ATIVIDADES

Tomando por base as anteriores Opções do Plano e Orçamento para 2013 seguiu-se a mesma metodologia. Assim faz-se referência à identificação dos projetos e/ou atividades a concretizar em 2014, com as seguintes definições:

PROJETO: Conjunto de Atividades articuladas entre si que permitem alcançar um ou mais objetivos consubstanciando uma estratégia previamente delineada.

ATIVIDADE: Conjunto de tarefas interligadas que contribuem para a realização de, pelo menos, um objetivo do serviço, bem como, tendo em conta a especificidade do (s) produtos (s) a realizar, possibilitem a identificação de resultados e dos respetivos meios a utilizar”.

OUTRAS ATIVIDADES: caracterizam-se estas fundamentalmente como:

- Ações que decorrem da atividade da CIMT, não incluídas em “Projeto/Atividade”;
- Ações que decorrem do cumprimento da legislação e regulamentação, elaboração de informações, emissão de pareceres técnicos, ações de carácter rotineiro que concorrem para a concretização das finalidades do serviço.

A metodologia de elaboração do presente Plano já assenta na “Gestão por Objetivos, tanto numa perspetiva organizacional como numa perspetiva individual, associando sistematicamente o desempenho da CIMT a objetivos e resultados com maior envolvimento de todos os Serviços, o que implica uma maior responsabilização aos diferentes níveis – desde o topo até às unidades de base, naquilo que se designa como “cascata de objetivos”, de modo a correlacionar-se com o Sistema de Avaliação do Desempenho (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, tanto na sua vertente de avaliação individual como na vertente de avaliação do organismo.

Em termos práticos, a elaboração do presente Plano de Actividades seguiu a seguinte metodologia: Cada Serviço com base em orientações superiores procedeu ao preenchimento de uma ficha de identificação e registo das Actividades correntes e dos Projectos, enquadrando ambas as dimensões nos Objetivos Estratégicos da CIMT.



ANEXO VI – PLANO DE FORMAÇÃO DA CIMT PARA 2014

Médio Tejo

PLANO DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO 2014

A atividade do Centro de Informação e Formação Profissional (CIF) vai abranger a realização de:

- Formação Contínua elencada no Plano de Formação de 2014;
- Reuniões Temáticas com os Técnicos dos Municípios;
- Seminários, Workshops e Sessões de Esclarecimentos alusivos aos temas que contribuam para um melhor entendimento de todas as matérias que interfiram com a realidade da Administração Local, bem como de outros encontros para discussão de temas inerentes ao desenvolvimento dos projetos em curso na CIMT e para a promoção da região.
- Apoio aos Estágios Curriculares, ao PEPAL -Programa Estágios Profissionais na Administração Local e aos CEI -Contratos de Emprego Inserção.

1. Plano de Formação 2014

O **Diagnóstico de Necessidade de Formação** é uma das fases do processo integrado de formação e consiste na definição das carências de formação na organização, em função das suas missões, objetivos e estratégias de desenvolvimento, devendo sempre possuir um carácter dinâmico, participativo, contínuo e integrado.

O planeamento da formação é elaborado com base nas necessidades diagnosticadas, e como tal, o **DNF** serve de suporte a toda esta atividade.

O **Diagnóstico de Necessidades de Formação** resulta do tratamento da informação recolhida junto dos diversos serviços das autarquias que compõem a CIMT, ou seja, **foram manifestadas pelos potenciais destinatários**.

Toda a política de formação foi articulada com as estratégias dos Municípios associados, atuando como um dos meios disponíveis para adequar as potencialidades dos funcionários aos objetivos da Organização.

O Levantamento de Necessidades de formação tenta articular os objetivos organizacionais com as necessidades a níveis mais restritos, como sejam os casos dos departamentos e dos Trabalhadores.

O diagnóstico de necessidades de formação é efetuado com a colaboração dos trabalhadores responsáveis pela área da Formação em cada Município, de acordo as seguintes fases:

Fase 1 – É enviado aos Municípios um questionário, que tem como principal objetivo a indicação de novas necessidades de formação. Questionário esse que é preenchido pelo responsável de cada secção em conjunto com os trabalhadores. Após o preenchimento são enviados para a CIMT;

Fase 2 – Após a receção dos questionários, os mesmos são analisados de forma a posterior discussão com os Municípios, para delinear a Formação para os anos em causa;

Fase 3 – É realizada uma reunião com os trabalhadores responsáveis pela área da Formação em cada Município para um melhor esclarecimento dos documentos em causa.

Fase 4 – São definidos quais os cursos a candidatar de acordo com o número de formandos indicados pelos Municípios.

Fase 5 – Após a reunião com os Municípios é dado conhecimento aos mesmos quais os cursos a candidatar e dá-se como concluída a preparação da Candidatura.

É de referir ainda que, por forma a tentar obter o máximo de pontuação nas grelhas de análise da candidatura, foram respeitadas as prioridades definidas na nota técnica n.º 2/DGAL – POPH/2013. A mesma informava que o procedimento destinava-se, prioritariamente, a ações de formação dirigidas para o desenvolvimento de competências profissionais em domínios estratégicos para a modernização local e para a qualidade do serviço público nas áreas formativas prioritárias elencadas na alínea b) do n.º 2 do art. 9.º do Regulamento Específico da Tipologia 3.3 em Anexo ao Despacho n.º 18474/2008, de S. Exa. o Ministro do Trabalho e Solidariedade Social, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 132, de 10 de julho.

Recolhida esta informação foi elaborado um ***Plano de Formação***.

O Plano de Formação agora apresentado contempla ações nas seguintes áreas: Marketing público, comunicação institucional e atendimento; Gestão para a qualidade, liderança e gestão de equipas; Gestão financeira e orçamental e POCAL; Planeamento estratégico e gestão por objetivos; Gestão de recursos humanos; Contratação pública e sistemas de aquisição de bens e serviços; Reengenharia de processos; Tecnologias de informação e comunicação, sociedade de informação e administração eletrónica; e Primeiros Socorros.

Está prevista a realização de 34 ações de formação, a serem frequentadas por cerca de 455 formandos.

Ao longo do ano 2014 poderão surgir novas necessidades de formação para além das ações de formação agora propostas, pelo que as mesmas serão oportunamente remetidas para o Conselho Executivo para a respetiva tomada de posição.

Mapa com resumo das ações a realizar:

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Plano de Formação 2014

Designação dos Cursos	Duração	N.º de Ações
Atendimento ao Público e Resolução de Conflitos	21	1
Atendimento aos Serviços On-line	24	1
Liderança e Gestão de Equipas	21	1
Lei dos Compromissos Lei 8/2012 e Orçamento de Estado para 2014 e implicações no âmbito da área Financeira	14	1
SIADAP	21	1
Excelência da Gestão Autárquica – O Balanced Scorecard e a Gestão por Objetivos ao serviço do SIADAP e do Planeamento Estratégico	21	1
Horários de Trabalho	21	1
Férias, Faltas e Licenças e Juntas Médicas	21	1
Regime da Parentalidade	14	1
Procedimentos Concursais	21	1
Mobilidade, requalificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública	21	1
Regime dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	14	1
Estatuto de Aposentação	14	1
Penhoras de Vencimentos	7	1
A arbitragem e os contratos públicos	14	1
O Tribunal de Contas e o CCP	14	1
As garantias de defesa das partes contratuais num contrato público – As garantias no CCP, no Código do Processo dos Tribunais Administrativos e no Código de Procedimento Administrativo	14	1
O contrato público – Incumprimento, invalidade e ineficácia	14	1
Os procedimentos concursais do CCP para além do ajuste directo	14	1
CCP - Cálculo da Revisão de preços	14	1
Reengenharia de processos	24	1
Outlook	25	1
Outlook Avançado	25	1
Word	25	1
Word Avançado	21	1
Excel	25	1
Excel Avançado	25	1
Desmaterialização de serviços públicos - tramitação digital	24	1
Primeiros Socorros	21	6
Ações no âmbito do Projeto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nomeadamente : Ação de sensibilização sobre “Gestão de Stress no Trabalho”; Prevenção de riscos profissionais na utilização das Máquinas e Equipamentos de Trabalho; Ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho; e outras ações de formação, incluindo exercícios práticos em relação a matérias relevantes para área de SHST.	a designar	

2. Reuniões Temáticas

Com o objetivo de melhorar a operacionalização da atividade de **alguns setores da Administração Local** e dado o sucesso que já se obteve em anteriores reuniões, estão previstos encontros temáticos com os técnicos municipais, contando com o apoio e acompanhamento de um técnico especialista para a discussão de assuntos previamente elencados e considerados pertinentes. Estas reuniões temáticas (4 sessões anuais) têm como objetivo obviar eventuais estrangulamentos ao funcionamento da atividade dos Municípios.

3. Seminários / Workshops

No âmbito do desenvolvimento das propostas em curso previstas nas Opções do Plano e Orçamento, estão igualmente previstos diversos Seminários e Workshops a realizar durante o ano de 2014.

Dezembro de 2013